

Introdução

O presente trabalho apresenta a investigação final do Mestrado em Estudos do Desenvolvimento, no ramo Diversidades Locais e Desafios Mundiais do ISCTE-IUL. O tema sobre o qual se debruça - a agricultura de subsistência na sua relação com o desenvolvimento local nos concelhos de Loulé e S. Brás de Alportel, no Algarve - emerge da necessidade de compreender dinâmicas contemporâneas que ocorrem nestes locais e poder dar resposta a questões sociais relacionadas com a prática da agricultura e a sua relação com as pessoas e com o desenvolvimento dos territórios em que essas pessoas se movem.

A sua pertinência decorre do facto de o Algarve, enquanto território, ter sido ainda pouco estudado ao nível das ciências sociais e deter características interessantes. Consideramos útil analisar os movimentos agrícolas nos territórios seleccionados e analisá-los à luz da contemporaneidade, não esquecendo aquele que tem sido o percurso histórico do desenvolvimento da agricultura em Portugal, particularmente nos últimos quarenta anos.

A escolha do Algarve como região a investigar surge de uma curiosidade natural, na medida em que reporta a investigadora às suas origens. Tendo nascido em Loulé, foi possível um contacto com a agricultura e uma percepção, desde cedo, da sua importância na resposta às necessidades familiares. Tendo vindo a residir em Lisboa nos últimos vinte anos, a relação com o campo e com a produção alimentar desvaneceu-se e ficou sempre esta questão de, se em períodos de crise ou de maior dificuldade, as pessoas tendencialmente regressariam às terras e a um modo de produção mais simples, mais directo e tradicional e se, na verdade, esse regresso produziria algum tipo de efeito ao nível do desenvolvimento local.

Assim, pretende-se aqui reflectir sobre o contexto destes dois territórios, das suas práticas agrícolas, das suas pessoas nos seus movimentos quotidianos e na definição dos seus projectos para o futuro.

A sociologia por vezes coloca o rural (ao qual o conceito de agrícola está directamente relacionado) e o urbano como conceitos em oposição entre si. Concordamos com José Frazão (2000), na sua demanda por respostas e melhorias no campo do desenvolvimento

rural. Refere o autor que, embora utilizados como sinónimos, rural e agrícola são conceitos totalmente distintos. Rural e agrícola serão, no nosso entender, complementares entre si.

João Ferrão e Raul Lopes (2004), por sua vez, também trabalharam a dicotomia urbano/rural no contexto português e estudaram as diferentes teorias que fundamentam cada perspectiva do que se entende por rural e por urbano. Concluíram que, embora algumas manifestações teóricas possam ser contraditórias entre si, acabam por conter aspectos relevantes naquilo que é o entendimento do espaço urbano e do espaço rural. Estas posições hoje devem ser vistas sempre à luz das dinâmicas económicas, culturais e sociais.

Ficamos assim com a indicação que os autores também defendem que existem, de facto, diferenças entre o espaço urbano e o espaço rural, sendo que este último se caracteriza normalmente – apesar da sua diversidade e pluriactividade – por uma menor densidade populacional e por uma maior relação com os recursos naturais e sua relevância na dimensão económica, social e cultural das populações.

Renato Miguel do Carmo (2014) faz uma leitura dos estudos sociológicos mais antigos e dos contemporâneos e verifica que os mais antigos colocavam o ónus da modernidade no urbano e o tradicional no rural, apresentando-os em pólos contrários. O autor sustenta a noção teórica de *continuum*, colocando o cerne nos espaços intermédios de ligação entre os pólos para que estes não se tornassem antíteses mas sim uma ligação dinâmica de continuidade. O presente trabalho corrobora esta ideia de ligação entre o rural e o urbano; centra-se nas relações, nos movimentos, nos processos que ocorrem nos dois espaços em estudo.¹

Aida Maria Valadas Guizo (2011), nos seus trabalhos de investigação acerca do rural e da agricultura, entende estarem atribuídas a ambos novas representações sociais, ou seja, novos papéis funcionais como os relacionados com a dimensão cultural e de património. Assim, compreendemos que o fenómeno da agricultura é, também ele, uma representação de um determinado contexto cultural e patrimonial.

¹ As distinções e aproximações das ideias de rural e de urbano têm uma história profícua nas ciências sociais, de que se destaca a obra de Robert Redfield como motora dos debates posteriores.

Para abordar o tema a que nos propomos, procurámos compreender o fenómeno da agricultura enquanto processo socioeconómico. A Comissão Europeia refere: “A agricultura não se limita à produção de alimentos. Diz respeito às comunidades rurais e àqueles que nelas vivem” e acrescenta: “A agricultura e a produção de alimentos são elementos essenciais da nossa economia e da nossa sociedade”. (Comissão Europeia, 2013: 4)

Indissociável da sobrevivência e da subsistência de pessoas, famílias e comunidades, a agricultura representa uma actividade primária humana que visa a exploração dos recursos naturais no sentido da satisfação de necessidades humanas básicas. Trata-se, como referido, de uma actividade produtiva que envolve a prática em si e as pessoas consigo relacionadas e a si afectas.

Como componente da prática e das dinâmicas económicas da actividade de um país, a agricultura tem atravessado diferentes fases, tem reflectido diferentes níveis de relevância no panorama social e económico, bem como tem experienciado diferentes atenções por parte das políticas nacionais, europeias e até mesmo do entendimento das populações e comunidades.

As estatísticas do Instituto Nacional de Estatística referentes ao sector da Agricultura (INE, 2014) vêm reflectir uma tendência para a redução das áreas de exploração agrícola e do número de cidadãos a trabalhar no sector. Validam uma redução – de uma avaliação que decorre entre a década de 1999-2009 – do número de explorações de um total de 412 mil para 303 mil e por outro lado, da redução da utilização da superfície agrícola nas suas diferentes formas que passa de 487 para 344 mil explorações.²

O Algarve, enquanto território sociológico, tem sido pouco estudado. Distribuído por 16 municípios, é uma região com marcadas assimetrias a nível social, económico, produtivo e até cultural. Traduz-se, ainda, em muita economia de base rural, com

² Definem as formas de exploração por conta própria, arrendamento e outros, em que se verifica que a “Superfície Agrícola Utilizada” passou de 412 mil explorações em 1999 para 304 mil em 2009; as “formas de utilização das terras”, apesar da descida de 250 mil para 200 mil, as hortas familiares continuam a ser as mais representativas no total das formas de utilização; o número de “singulares autónomos” passou de 392 mil para 292 mil e os “singulares empresários” desceu de 17 mil para 4 mil.

diversas áreas desertificadas, com população envelhecida e com fracos recursos virados para o exterior.

A área litoral apresenta maior desenvolvimento urbanístico e industrial; o barrocal apresenta menor povoamento e crescente desertificação (Carmo, 2011). Enquanto área territorial, Carmo definiu uma distribuição que parece ser a mais adequada na visão deste estudo: oriental, central e ocidental, sendo o oriental correspondente ao sotavento (eixo de Faro para Portimão, área onde se inclui o território em análise); o ocidental corresponde ao barlavento (eixo de Faro para Vila Real e Sto. António) e, por fim, o eixo central, assumido pela capital de distrito. O autor verifica que Faro e Portimão se evidenciam como os pólos de maior concentração de recursos poder de compra, vitalidade económica, qualificação de capital humano e maior dinâmica populacional. (Carmo e Santos, 2011: 11)

Segundo os dados do INE (2016), em Dezembro de 2014 encontravam-se 441.468 habitantes a residir no território. Comparativamente ao resto do território continental, o Algarve é a área geográfica com menor número de habitantes. O volume de crescimento populacional do Algarve, no entanto, foi equivalente ao do resto do país.

Verificou-se, na década de 1950 e de 1970 uma redução do volume populacional em virtude do processo do fluxo de emigração para a Europa e da migração para as áreas metropolitanas. A partir de 1974, é dado início a um crescimento decorrente da vinda de grandes contingentes de populações que viviam nas ex-colónias. Verificou-se, nesta época, movimentos migratórios de outras regiões do estrangeiro, através da actividade turística, que começa a evidenciar a sua potencialidade por volta a década de 1980. (Câmara Municipal de Loulé, 2016)

Nos dados de 2014, do volume total de habitantes da região algarvia, 54% da população encontrava-se na faixa etária entre os 25 e os 64 anos. Tem a relevar o maior número de estrangeiros a quem foi concedido estatuto de residente num total de 9.7 por cada 1000 habitantes, sendo a maior representação do continente e ilhas.

De referir que deste número de habitantes, a taxa de emprego em área predominantemente urbana é de 52.6% e da área predominantemente rural é de 52%³.

³ Informação disponível no documento “As Pessoas 2014”, do Instituto Nacional de Estatística (2016), com dados contabilizados até Setembro de 2015.

Ou seja, na verdade, a taxa de emprego na dicotomia campo-cidade não tem uma expressão muito díspar na região do Algarve.

Face a estas características territoriais e a uma relação com a agricultura que revela um conjunto de complexidades, foram seleccionados aqueles dois concelhos (Loulé e S. Brás de Alportel) para o estudo. Procurou-se mapear a situação da agricultura de subsistência, tanto no sentido de perceber a sua importância no decorrer das trajectórias familiares até ao momento, como de entender as perspectivas actuais e futuras para um conjunto de famílias residentes nos dois concelhos.

O Algarve, assim como outras regiões do país requeria, e continua a requerer, um investimento na valorização das práticas e das tradições locais, nas pessoas e no ambiente, nas suas potencialidades e nas fragilidades. Como área de objecto de estudo, evidencia grandes desafios.

Aquilo a que se pretende responder no presente trabalho é se a actividade agrícola, enquanto prática associada à subsistência de pessoas, grupos e até mesmo comunidades, tem retomado importância no panorama social, económico, cultural e político da região algarvia, e produzindo efeitos ao nível do desenvolvimento local. Identificando determinadas zonas dos territórios referidos e obtendo dados de agricultores agentes estatais e de associações de desenvolvimento local, procurou-se compreender se existe, de facto, um fenómeno de regresso à actividade agrícola como estratégia de desenvolvimento local, bem como uma resposta à qualidade de vida e subsistência ou complemento ao rendimento familiar.

Do ponto de vista metodológico, foi possível estar com as pessoas, realizar entrevistas, fazer notas metodológicas e recolher dados relevantes para o trabalho. Contudo, o processo não foi linear, tendo sido adiado por necessidade pessoal por duas vezes, pelo que a compilação da informação decorreu de 2013 a 2016, em períodos dispersos. Foi realizada pesquisa documental, análise de dados estatísticos e leituras acerca dos conceitos relevantes.

Tendo por base as questões já referidas e a necessidade de caracterizar o campo de estudo da forma mais clara possível, apresenta-se um primeiro capítulo que descreve as características da prática agrícola no Algarve, incidindo maioritariamente sobre os concelhos em estudo, permitindo observar a sua evolução ao longo do tempo até à

contemporaneidade e verificar as dificuldades, constrangimentos, potencialidades e oportunidades que foram emergindo desta prática, bem como algumas iniciativas de interesse ou em vigor.

No segundo capítulo são explorados os conceitos identificados como chave no percurso da investigação, fundamentados pelo quadro teórico que os sustenta. Procura-se definir um caminho gradual, partindo da génese do conceito de desenvolvimento, a sua relação com o processo de produção e, mais especificamente, com o conceito de desenvolvimento local. Aborda-se, ainda, a relação entre a prática agrícola e a subsistência, numa lógica de economia local em interacção com o próprio conceito de desenvolvimento local.

De seguida, no terceiro capítulo, apresentamos as opções metodológicas assumidas e a sua devida fundamentação, como substrato fundamental da investigação. Aqui pretende-se tornar perceptível a dinâmica da intervenção no terreno, a construção o processo de investigação, o processo de recolha e de tratamento dos dados recolhidos, de forma a estruturar a apresentação posterior dos resultados.

Assim, surge no capítulo quarto a apresentação dos resultados, inicialmente com os resultados das entrevistas realizadas a técnicos e, posteriormente, com a análise das entrevistas realizadas aos agricultores.

Por fim, apresentam-se as conclusões do estudo, incluindo exemplos de boas práticas e propostas de melhoria de algumas das assimetrias da região algarvia no que concerne às alterações face à interpretação da agricultura na sua relação com o desenvolvimento local e humano da região.

Capítulo I: Abordagem à agricultura no Algarve: Loulé e S. Brás de Alportel

“Está situada em huma colina suavemente levantada, que apenas se percebe a subida, rodeada por todos os lados de fazendas que constão de oliveyras, figueyras, vinhas, amendoeyeras, farrobeyras, e outras muytas árvores de espinho, com suas campinas, de qe se colhe abundante trigo.” (Martins, 2004: 394)

Esta citação foi retirada das Memórias Paroquiais de Loulé, reunidas por Luísa Martins, ilustrando a paisagem algarvia. Neste capítulo prende-se olhar transversalmente para a evolução e para as transformações inerentes à prática agrícola em Portugal em geral, e no Algarve em particular, nos últimos anos.

Aquilo que pudemos encontrar através de análise da literatura acerca desta questão é que o fenómeno agrícola tem vindo a manter um papel constante no cenário económico, social e cultural do país. Não obstante, este papel tem vindo a sofrer alterações, dificuldades, provações e oportunidades de várias ordens e dimensões, manifestando-se, essencialmente, nos últimos quarenta anos.

Numa primeira análise, procurámos identificar as características gerais da agricultura nacional, através da consulta de autores relacionados com o tema em várias áreas das ciências sociais e especialistas do campo de estudo, de forma a poder descrever, sinteticamente, aquelas que são as principais dimensões da questão. De seguida,

procurámos aprofundar o campo de análise e descrever o fenómeno da agricultura na região do Algarve, com as suas características que o diferenciam do restante contexto nacional. Num ponto seguinte, afunilámos esta análise para os territórios locais seleccionados para o estudo: Loulé e S. Brás de Alportel. Recorremos à literatura disponível sobre os locais e à informação estatística trabalhada pelo INE ao longo dos últimos anos. Por fim, sintetizámos informação acerca de programas e projectos que apresentam interesse e relevância para a temática em estudo.

1.1 A Agricultura no Algarve: que características, que desafios

Começamos por olhar para os estudos do Fernando Oliveira Baptista (2001), agrónomo, professor no Instituto Superior de Agronomia, que é o autor que mais tem analisado as questões ligadas à agricultura no país, e mesmo internacionalmente. O seu trabalho “Agriculturas e Territórios”, apesar de já ter algum tempo, ajuda-nos a compreender os fenómenos das alterações agrícolas ao longo dos últimos quarenta anos no país. Auxilia ainda na reflexão de como essas alterações nos conduziram ao momento presente em que procuramos analisar estes dois territórios em estudo e compreendê-los à luz da transformação e consolidação das dinâmicas socioeconómicas, culturais e políticas a si afectas.

O autor defende que, em Portugal, a agricultura teve uma fase inicial em que a mesma, a sociedade rural e o espaço rural, partilhavam uma só dinâmica. A partir do ano 2000, verifica transformações relevantes na percepção do espaço agrícola, da agricultura em si e das sociedades rurais, em que as três partes percorriam linhas paralelas distintas. Afirma que “(...) a agricultura sofreu uma profunda transformação tecnológica, que se repercutiu na organização do processo de trabalho, enquanto que declinava o seu peso na economia e na sociedade.” (Baptista, 2001: 9)

O autor considera que a lógica capitalista, corporativista e de economia de escala não constituem uma resposta adequada para os problemas agrários nacionais, ou mesmo à escala mundial. Salienta sim, a importância de considerar a diversidade e pluralidade de acções e de interacções dinâmicas nos processos de produção agrícola, como vemos:

“Um aspecto a reter é precisamente a relevância da diversidade das formas de articulação aos sistemas social e económico dos grupos sociais ligados à agricultura.” (Baptista, 2001: 2).

Estamos de acordo com esta posição do autor, que a agricultura deve ser olhada na perspectiva dos grupos sociais a si afectos e das suas práticas económicas e entender as dinâmicas que aí se cruzam, se constroem e se desenvolvem. Só assim o fenómeno pode ser bem entendido e analisado.

Aida Maria Valadas Guizo (2011) acrescenta que o êxodo rural dos anos 1960 em quase todos os países da Europa se transformou, nos anos da década de 1990, num processo inverso com o retorno de maiores fluxos migratórios para as zonas rurais promovendo a recuperação destes espaços.

Aprofundando a análise para a região do Algarve começamos por verificar que esta é uma região marcada por assimetrias ao nível do desenvolvimento; as suas áreas dividem-se entre o litoral (área de maior potencial financeiro), o barrocal e, por fim, a mais desfavorecida, a serra.

A afirmação seguinte, descreve estas três dimensões que caracterizam a região algarvia:

“[A] Serra, ocupando cerca de 50% da superfície regional, tem solos pobres e de reduzida utilidade agrícola provocando uma progressiva desertificação ecológica e humana. O Barrocal, que constitui cerca de 25% da área regional, tem solos com boa aptidão hidrológica e elevada capacidade agrícola, apesar da existência de inúmeros afloramentos rochosos; O Litoral corresponde a uma estreita faixa junto à costa e é onde se concentram os melhores solos agrícolas, a maior parte da actividade económica regional e os principais centros urbanos.” (Frontera Comercial Aberta, 2007: 13)

É a estas condições geomorfológicas que a região está afectada. Assim, o Algarve deve encontrar estratégias de adaptação, de crescimento, de desenvolvimento, trabalhando com as oportunidades que as suas características lhes trazem.

A agricultura no Algarve tem uma grande tradição social e histórica, nomeadamente a produção arvícola de alfarrobeira, oliveira, amendoeira, figueira e laranjeira. A horticultura foi vendo a sua importância decrescer até se tornar apenas uma agricultura de base de subsistência e a produção de citrinos passou a ser o centro da grande

produção algarvia. A actividade agrícola no Algarve foi progressivamente abandonada devido à especialização e à industrialização do sector. Não obstante, o Programa de Ordenamento do Território (2002) dizia que “(...) subsistem potencialidades relevantes para a agricultura tradicional, e existem novas oportunidades (valorização económica dos produtos naturais tradicionais, legumes frescos, ornamentais (...)).” (PROT Algarve, 2002: 25). Verificamos, portanto, que dentro das características da região, existem áreas de oportunidade e possibilidades estratégicas de adaptação e de inovação.

Segundo o INE e o PROT, na década de 1990 e, posteriormente em 2009, se tem vindo a registar um decréscimo das variáveis afectas à agricultura, nomeadamente o número total de explorações agrícolas, a área total das explorações, bem como a superfície agrícola utilizada. O volume da mão-de-obra agrícola (familiar e não familiar) decresceu. O número de pessoas singulares autónomas a trabalhar reduziu mas, também segundo o INE, aumentou o número de sociedades agrícolas e mantiveram-se, quase de forma equilibrada, os valores correspondentes aos terrenos baldios e hortas.

Este dado é importante na medida em que podemos compreender que, embora reduzindo o efectivo de trabalhadores e pessoas ligadas ao sector, a prática agrícola em hortas e terrenos baldios é mantida, na medida em que as pessoas não se desvinculam da actividade. De acordo com o PROT, o aumento do número de sociedades agrícolas decorre por dois motivos: por um lado, como forma de ganhar alguma representatividade e potenciar a produção e, por outro, como resposta associativa a estratégias de adaptação e de resposta a necessidade sentidas pelas pessoas no sector.

No que diz respeito à prática da agricultura, o Algarve sempre se definiu como uma região de elevada referência no panorama nacional. A produção agrícola foi diminuindo a sua importância por diversos motivos e justificações mas, no entanto, sempre foi uma região de referência para a produção agrícola de nível nacional. (Tomé, 2009; Silva e Vaz, 1998; INE, 2004; Câmara Municipal de Loulé, 2016)

Cabe acrescentar que a Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 preconizava o seguinte:

“Tornar o Algarve uma comunidade inovadora, territorialmente ordenada, respeitadora dos valores ambientais e socialmente coesa acaba, pois, por ser um desiderato comum a uma qualquer política de desenvolvimento para os próximos anos, visto serem estas as

vertentes essenciais de uma estratégia de progresso sustentável para uma região que se situa ainda aquém dos níveis médios de desenvolvimento comunitário e que está exposta a uma cada vez maior concorrência de bens e de serviços dentro e fora da Europa.” (Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013, 2006: 9)

Assim, parece haver uma visão integrada das necessidades sentidas no sector, vividas a nível regional e local, e entendidas a nível das políticas públicas. Portanto, a evolução dos conceitos, as estratégias de desenvolvimento, a efectiva compreensão das potencialidades regionais e locais, têm sido palco para alteração e mudança de mentalidades e de atitudes. A sustentabilidade⁴, a preparação do futuro, as preocupações com o crescimento e desenvolvimento em todas as suas dimensões tem-se materializado em políticas e em projectos à escala local e regional.

A região do Algarve denota algumas particularidades que a distinguem do resto do país e que passam pelo clima e pelas condições geomorfológicas. Existem, ainda, assimetrias geográficas, culturais, sociais e económicas que suscitam interesse como objecto de estudo.

É importante sublinhar que a região do Algarve sofreu uma redução do número de residentes afectos à agricultura e viu aumentar as actividades ligadas ao comércio, à construção e ao turismo. As áreas de baixa densidade acabam por estar mais fragilizadas face às alterações socioeconómicas e à necessidade de rápida adaptação às mesmas.

No que respeita à dimensão do emprego, houve uma alteração na distribuição. Os dados de 2001 acrescentavam uma redução evidente nas actividades do sector primário (agricultura, caça, silvicultura e pescas) não só no território do Algarve em geral, mas particularmente nas áreas de baixa densidade.

Dos dados recolhidos dos vários documentos do INE, podemos resumir as seguintes características da população agrícola no Algarve:

⁴ A chamada “sustentabilidade” tornou-se nos anos recentes uma ideia praticamente de uso comum, acumulando tendencialmente ideias de respeito pelo ambiente, viabilidade económica e promoção do futuro das gerações seguintes. O entanto, o conceito tem sido objecto de pesquisa e debate científico, discussão essa que não é aqui objecto central.

- Existem 13.64% de produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo;
- 28.40% de produtores agrícolas singulares do sexo feminino;
- 9.34% têm formação agrícola;
- 13.31% têm formação secundária ou superior;
- A idade média é de 69 anos;
- 5.5 pessoas em cada 100 habitantes é população agrícola familiar;
- Existe um total de 6309 hortas.

Não se podem tirar conclusões vastas sobre estes dados no sentido de responder à questão de partida do objecto de estudo. Contudo, podemos dizer que ao longo dos últimos quarenta anos, a agricultura tem enfrentado dificuldades e têm sido experienciadas alterações profundas no espaço rural. As populações adaptaram-se, redefiniram-se, reconstruíram-se em face das novas problemáticas e das novas necessidades. O investimento sobretudo ao nível da escolarização das pessoas do interior algarvio e a promoção do acesso a espaços de diálogo e de formação, veio gerar novas formas de lidar com as problemáticas socioeconómicas como o desemprego e o envelhecimento.

Parece, portanto, existir uma relação na manutenção de actividade agrícola no espaço familiar e em simultâneo a manutenção das hortas. A agricultura pode ter decrescido na sua representatividade enquanto sector económico de excelência na região, mas a sua continuidade faz parte de um conjunto de práticas e de dinâmicas familiares e sociais destas áreas de baixa densidade do Algarve.

1.2 Os locais de estudo

As áreas territoriais estudadas, Loulé e S. Brás de Alportel, caracterizam-se como áreas com características de baixa densidade⁵, ou seja, “(...) globalmente identificadas pela fragilidade das suas estruturas demográficas, sociais e económicas, abrangem uma extensa (e morfologicamente diversa) zona geográfica que "recorta" horizontalmente o

⁵ De acordo com o estudo “Sociodemografia das áreas de baixa densidade do Algarve” realizado pelo INE e Publicado em 2004.

Algarve, pelas zonas da Serra e do Barrocal e nos extremos Oriente e Ocidente se prolonga até ao litoral, numa extensão total superior a 2/3 do território regional (..)” (INE, 2004: 12).

Este relatório mostra que determinadas freguesias, nomeadamente do concelho de Loulé e S. Brás de Alportel, apresentaram crescimento populacional total e crescimento migratório superiores aos registados na região. As áreas da serra têm características mais rurais, com maior susceptibilidade ao despovoamento e com população idosa em número muito superior à média regional. O sector primário, por sua vez, detém um impacto superior à restante região.

De acordo com dados da Câmara Municipal, Loulé é sede do maior município da região, distribuído por nove freguesias e constituído por quatro zonas distintas: a Serra, a Beira Serra, o Barrocal e o Litoral. Este concelho acolhe cerca de 15% da população algarvia. Apresenta um total de 3758.4 hectares de solo urbano e 70494.8 hectares de solo agrícola.

Na década de 1930, Loulé registava o maior volume demográfico da sua história, em virtude de duas áreas económicas em crescimento - a actividade agrícola e piscatória – que convidavam a uma dinâmica de fixação da população. Verificou-se, na década seguinte, o início do decréscimo populacional chegando aos valores mais reduzidos na década de 1960, com o crescimento do processo emigratório da população para outros países europeus e América do Norte. Em 1974 começou a dar-se a migração das ex-colónias e nos anos que se seguiram (1980) a actividade turística começou a trazer mais pessoas para o concelho. Verificou-se uma evidente disparidade do volume de pessoas entre o litoral e o interior, sendo que o litoral começou a receber maior volume populacional. (Câmara Municipal de Loulé, 2016)⁶.

Embora os números absolutos não tenham um significado per se, importa referir que em 2014 o concelho tinha 5136 pessoas dependentes de apoios sociais, dos quais 1535 eram beneficiários de Rendimento Social de Inserção (INE, 2016) que revela situações de carência económica.

Os estudos desenvolvidos pelo INE e pela Câmara Municipal de Loulé apontaram para que algumas freguesias do concelho, pelas suas características comerciais, turísticas e

⁶ Informação consultada no sitio a Câmara Municipal de Loulé, <http://www.cm-loule.pt>, Maio de 2016

de suporte social, pudessem verificar um crescimento populacional enquanto, que outras, essencialmente mais rurais, viriam a manter o seu volume populacional.

No seu Plano Director Municipal (republicado com alterações no Aviso nº 5374/2008 em Diário da República, 2ª Série – N.º 41 – em 27 de Fevereiro de 2008), estabelece no Artigo 3º os seguintes objectivos: a) promover o desenvolvimento integrado do concelho; b) proteger e gerir os recursos naturais com vista à melhoria da qualidade de vida; c) valorizar várias áreas nomeadamente a agrícola; d) garantir um futuro de qualidade. Parece haver uma preocupação com o território, assegurando e qualificando as suas áreas territoriais.

No Capítulo I – Ocupação, uso e transformação do solo, dos Artigos 8º em diante, define e categoriza os tipos de solo e as possibilidades e limites à edificação de cada um deles. Define, no Artigo 10º, a categorização dos espaços em: a) espaços urbanos, b) espaços culturais c) espaços urbanizáveis, d) espaços industriais e) espaços para equipamentos e grandes infra-estruturas, f) verde urbano, g) espaços agrícolas, h) espaços florestais, i) espaços para indústrias extractivas, j) espaços naturais, k) espaços-canais. Dentro do aspecto dos solos, existem definidos subcategorias de espaços (Artigo 11º). No Capítulo VII – Dos espaços Agrícolas, define, categoriza e impõe os limites previstos para as áreas da RAN, áreas de uso predominantemente agrícola, e áreas de agricultura condicionada (I e II).

De referir, ainda que o Artigo 88º - Proibição do edificado em solo rural define esta proibição e no artigo seguinte (88º-A) define os critérios para edificações isoladas para fins habitacionais do agricultor ou de uso da exploração agrícola, pecuária ou florestal, definindo os seus limites, áreas e ressaltando a obrigatoriedade de se manterem sempre os traços originais dos caminhos rurais. No Artigo 88º-D, permite a edificação de estabelecimentos hoteleiros isolados, mas que estes devem estar associados, entre outras condições, a temáticas de valorização económica e ambiental. É visível a preocupação com a preservação do património agrícola, protecção dos solos e da actividade económica; no entanto, parece haver uma abertura a novas estratégias e possibilidades de investimento e desenvolvimento de actividades sustentáveis.

Por outro lado, como estratégia de adaptação do espaço urbano às necessidades da população nasce o projecto das Hortas Sociais do concelho com a Horta das Bicas Velhas (Regulamento n.º 110/2012, publicado em Diário da República, 2ª Série – N.º 49

– e 8 de Março de 2012). Partindo da constatação da existência de situações de carência socioeconómica em agregados familiares a residir no concelho, o projecto tem por objectivos, entre outros, complementar fontes de subsistência alimentar das famílias, desenvolver hábitos alimentares saudáveis; preservar práticas agrícolas com cariz biológico e tradicional; valorizar o espírito comunitário na utilização do espaço público e manutenção do mesmo (Artigo 3º- Objectivos).

Os terrenos onde são criadas as hortas sociais pertencem ao município e adaptam-se a esta utilização. A mesma é gratuita e a atribuição do talhão de cultivo é feita por via de candidatura e, posteriormente, sorteio. Na atribuição dos talhões é dada prioridade aos agregados familiares em situação de carência socioeconómica.

Da informação que nos foi possível recolher junto da Câmara Municipal de Loulé, todos os talhões estão atribuídos e em funcionamento. O Município equaciona adaptar outros espaços e aumentar o número de talhões disponíveis dado que existe lista de espera nas candidaturas. Este dado permite-nos reflectir eu o espaço urbano procura assim encontrar ligação ao espaço rural e promover respostas a necessidades reais das populações.

Por sua vez, S. Brás de Alportel é um concelho apenas com a freguesia do mesmo nome. Tem uma tradição de actividade agrícola com uma área de exploração que ocupa 62% da área total do concelho. Ficou conhecido em termos económicos como o concelho com maior produção de cortiça por área de sobreiro plantada. Verificou, no início do século XX, um aumento populacional que conduziu à nomeação para concelho, em virtude de se identificar como um pólo de desenvolvimento económico. (Câmara Municipal S. Brás, 2016).⁷

O concelho abrange áreas de barrocal e de serra com diversas explorações agrícolas em funcionamento. Tem cerca de 157.7 hectares de solo urbano e 14540.9 hectares de solo agrícola.

Tem indústria transformadora em actividade, principalmente em sectores tradicionais de pequena dimensão. Também é conhecido pela sua indústria extractiva de calcário e brecha.

⁷ Informação recolhida do sitio da Câmara Municipal e S Brás de Alportel, <http://www.cm-sbras.pt/>, Maio de 2016.

As Estatísticas da Agricultura do INE (2009) colocam a idade média do agricultor de S. Brás de Alportel na média dos 70 anos de idade.

Do ponto de vista social, em 2014 tinha cerca de 520 pessoas dependentes de benefícios sociais, das quais 262 eram beneficiárias de Rendimento Social de Inserção. (INE, 2016)

Analisando o seu Plano Director Municipal (publicado em Diário da República, 2ª Série – N.º 99 – de 22 de Maio de 2009), pudemos verificar que o concelho coloca a ênfase no desenvolvimento social e económico a par com a preservação dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações através da gestão, utilização e transformação do território.

Protege as áreas de Reserva Ecológica Nacional (Artigo 12º do Título II – Servidões administrativas e outras restrições da utilidade pública ao uso dos solos).

Tem, entre as suas preocupações, como vemos no Capítulo I – Das classe de espaços, a sua categorização e distinção, através do Artigo 21º, os seguintes elementos: a) espaços naturais e culturais, b) espaços agrícolas, c) espaços agro-florestais, d) espaços rurais da serra, e) espaços urbanos, f) espaços urbanizáveis, g) espaços para indústria extractiva, h) espaços de equipamentos, i) espaços-canaís, de forma a promover a sua melhor gestão, utilização e preservação.

No Artigo 23º-A, proíbe a edificação dispersa em solo rural. No Artigo 23º-B define as condições e limites à edificação isolada em solo rural e abre a hipótese aos estabelecimentos hoteleiros instalados em solo rural no Artigo 23º-C. Aqui, encontramos também a abertura de novas estratégias de utilização dos espaços e a renovação de actividades económicas promotoras do desenvolvimento local.

A Secção I – Dos espaços agrícolas, no Artigo 31º define os espaços agrícolas e divide-os em duas categorias: espaços agrícolas indiscriminados e espaços agrícolas condicionados, o que permite gerir de forma mais eficiente os terrenos e as suas diferentes utilizações.

A Secção IV – Dos espaços rurais da serra no seu Artigo 38º fala de espaços não condicionados em que se pretende a instalação de actividades diversas que permitam contrariar a desertificação da área da serra. Ou seja, parece haver uma preocupação em

deixar abertura a novas estratégias possíveis de promover a área territorial e evitar o abandono e desertificação humana.

Apoiado pelo projecto das hortas desenvolvido pela associação In Loco, foi criada a horta comunitária do Nascimento em S. Brás de Alportel com 20 talhões, todos em utilização e com lista de mais interessados em espera.

Ambos os concelhos estão dotados de um vasto grupo de associações nomeadamente a In Loco, Associação de Desenvolvimento Local, a Associação de Agricultores de S. Brás de Alportel; a Associação Os Amigos da Serra de S. Brás de Alportel; a Associação Rota da Cortiça; a Associação Almargem, entre outras.

A descrição destas iniciativas, regulamentos e preocupações, assim como as que são sistematizadas em seguida, tem sobretudo uma função de mapeamento da situação local quanto às actividades em análise, uma vez que esta informação tende a estar dispersa.

1.3 As iniciativas no terreno

Ao nível de projectos e programas decorrentes das políticas públicas de âmbito europeu, nacional, regional ou local, realizámos uma pesquisa que nos permitiu identificar eixos de intervenção recentes ou em vigor, que actuam no sentido da promoção de mudanças nos territórios em análise. Salientamos os seguintes:

- CRESC Algarve 2020 - Programa Operacional Regional do Algarve: instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional procurando a promoção de uma região competitiva, resiliente, empreendedora e sustentável, assente na valorização do conhecimento. É vocacionado para vários sectores de intervenção como o apoio às estratégias para o desenvolvimento local de base comunitária. Está inserido no PDR 2014-2020.
- Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020⁸: neste documento o Algarve é considerado como uma região em transição com uma agricultura tendencialmente familiar, e explorações pequenas, pouco especializadas, envolvidas em dinâmicas de pluriactividade e de plurirrendimento; considera este tipo de agricultura essencial na preservação dos recursos naturais e do

⁸ Resulta da decisão da Comissão Europeia – Decisão C (2014) 9896 de 12 de Dezembro de 2014 apoiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

ambiente, na promoção de estratégias de ocupação humana dos territórios e promoção económica das zonas rurais, bem como da inclusão social. (PDR 2020, 9). Na medida 10 deste programa, estão os apoios ao desenvolvimento local dirigido pelas comunidades locais⁹ com base na medida LEADER¹⁰.

- RDM – Rota da Dieta Mediterrânica: iniciativa enquadrada no Plano de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica dinamizado pela Associação de Desenvolvimento Local In Loco e pela Comissão Regional da Dieta Mediterrânica, com o apoio do Programa Operacional Algarve 21. A Rota identifica um conjunto de valores culturais, gastronómicos, agrícolas, patrimoniais, entre outros, que coloca de forma a preservar a herança cultural da região Algarvia e promove o seu desenvolvimento a nível regional e local.
- DGAPAlg: Direcção-geral de Agricultura e Pescas do Algarve: dinamiza e apoia a RAN¹¹, gere e dinamiza o projecto da Bolsa Nacional de Terras¹² a nível regional, entre outras inúmeras actividades no território.
- DGADR: Direcção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (definido em Decreto Regulamentar N.º 32/2012, em Diário da República Série i, N.º 57, de 20 de Março de 2012). Tem em vigor projectos como a Estratégia para o Regadio Público 2014-2020; Parceria Portuguesa para o Solo (membro do

⁹ Estabelecido nos art.º 32.º, 33.º, 34.º e 35.º do Reg. 1303/2013 - regulamentação relativa às disposições comuns dos Fundos abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) no período de programação 2014-2020 (Fundos Estruturais e de Investimento Europeus) que se baseia na abordagem Bottom-up de Estratégias de Desenvolvimento Local tipo LEADER.

¹⁰ LEADER – Liaison entre Actions de Développement de L' Économie Rurale : método de desenvolvimento local que permite aos actores locais desenvolver determinadas áreas de actividade utilizando os seus recursos e competências internas.

¹¹ Definida no Decreto-lei N.º 73/09 de 31 de Março com base nas orientações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

¹² Lei n.º 62/2012 de 10 de Dezembro, Diário da República, 1ª Série, N.º 238: cria a Bolsa Nacional de Terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoral e cujo objectivo é disponibilizar o uso de terras, com ou sem dono, com aptidão para as funções mencionadas e que não se encontrem a uso; assenta nos princípios da universalidade e da voluntariedade; a sua gestão é feita pela Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Global Soil Partnership) pela qual foi criada a RAN – Rede Agrícola Nacional prevista nos Planos Directores Municipais e que nasce do trabalho da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations); e a Rede Rural Nacional que é uma plataforma de informação, experiência e conhecimento com o objectivo de melhorar os programas e medidas de desenvolvimento rural e qualificação dos agentes de desenvolvimento.

- Grupo de trabalho GEVPAL: Grupo de Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local¹³- apresentaram conceitos novos, como o Sistema Alimentar Local (SAL), com um conjunto de actividades interligadas entre diferentes actores, relacionando o sistema produção-transformação-distribuição-consumo, com a sustentabilidade ambiental, económica, social e nutricional de determinado local; o Circuito Curto Agroalimentar (CCA) – processo de comercialização sem intermediários, directo do produtor para o consumidor (aproxima-se do Community Supported Agriculture, praticada nos EUA em que não está só em causa o processo produtivo em si mas o trabalho integrado na comunidade, em defesa da agricultura local, familiar e de pequena dimensão). Para melhor ilustrarmos o trabalho deste grupo, colocamos em Anexo E o quadro que apresenta exemplos de Circuitos Curtos Agroalimentares em Portugal e noutros países.
- PAC – Política Agrícola Comum: criada em 1962 de uma parceria entre a sociedade e a agricultura, entre a Europa e os agricultores europeus com vista à melhoria da produtividade e da qualidade de vida para os agricultores. A União Europeia reflecte sobre as problemáticas que advêm do ritmo de crescimento da poluição à escala global que vem colocar em causa a garantia e da segurança alimentares, bem como das manifestações climáticas e ambientais, emergindo com cada vez maior relevância a necessidade de actuar de forma sustentável na gestão dos recursos e da protecção dos espaços e das dinâmicas da economia agrícola. A sua evolução, a PAC respondeu de forma adaptativa às transformações sociais e económicas da produção agrícola e adaptou a sua linha de actuação. Em 1984 verificou ter contribuído para um crescimento de

¹³ Criado no âmbito do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território para elaboração da referida estratégia; definido em Despacho n.º 4680/2012 de 3 de Abril, publicado em Diário da República n.º 67, 2ª Série.

excedentes alimentares que não foram consumidos; em 1992 corrige a sua intervenção e passa para a lógica da sustentabilidade com o apoio directo aos produtores em vez do mercado; em 2003 incide sobre o apoio ao rendimento dos produtores; em 2013, reformula as suas linhas de intervenção com vista ao aumento da competitividade, promoção da agricultura sustentável, inovação e incremento do emprego nas áreas agrícolas através do fomento da lógica directa do produtor para o consumidor, através de formação, consultoria, subvenções e empréstimos. A PAC tem sido uma medida europeia susceptível a críticas e a debates intensos sobre os seus benefícios e consequências. Não nos debruçaremos sobre esse aspecto mas apenas na sua apresentação como intuito de analisar que a medida tem vindo a ser reformulada numa tentativa de adaptação e resposta a necessidades que se vão modificando, transformando e reconstruindo.

- PRODER¹⁴: projecto n.º 18 642 – “Prospecção, recolha, conservação e caracterização de variedades tradicionais de fruteiras algarvias com interesse para a agricultura portuguesa”; a preservação de sementes tem sido uma preocupação global; este projecto surge da constatação da necessidade de preservar as espécies tradicionais, respondendo às necessidades da população algarvia em preservar o seu património e recuperar actividades agrícolas com resposta económica e social com futuro.

¹⁴ O PRODER foi um instrumento estratégico e financeiro em vigor de 2007 a 2013 aprovado pela Comissão Europeia, Decisão C(2007)6159, em 4 de Dezembro, cofinanciado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, com diversas áreas de actuação. Selecionamos este pela sua continuada importância presente e futura.

Capítulo II: Os conceitos em análise

Joseph A. Maxwell afirma que “(...) a theory that brightly illuminates one area will leave other areas in darkness; no theory can illuminate everything.”(Maxwell, 2005: 43). Neste capítulo pretende-se apresentar um conjunto de linhas teóricas que contribuem para melhor a problemática estudada.

Assim, foram consultadas diversas obras ligadas às temáticas relacionadas com o objecto de estudo e seleccionadas as fundamentações teóricas mais ajustadas à clarificação dos conceitos abordados.

Começamos por abordar o conceito mais geral de desenvolvimento. De seguida, detemo-nos no conceito de desenvolvimento local, mais relacionado com o objecto de estudo que decorre, necessariamente, do primeiro, mas que se autonomiza com características próprias. Por último, reflectimos sobre a agricultura de subsistência na sua relação com o desenvolvimento local.

2.1 O conceito de Desenvolvimento

Sendo a nossa temática central o desenvolvimento local no Algarve, em concreto nos territórios seleccionados, procuramos aqui mapear um caminho teórico que nos ajude a compreender e a reflectir melhor sobre ele. O desenvolvimento é um conceito que se insere no contexto dos fenómenos que ocorrem nas dinâmicas sociais. Estudá-las e compreendê-las numa lógica de crescimento, de desenvolvimento, tem sido um desafio de diversas ciências ao longo dos anos. Em 1980 foi atribuída uma grande ênfase ao crescimento económico *per se*, o que não deixou muito espaço de relevância teórica para o desenvolvimento em todas as suas dimensões. A visão económica/economicista reinava sobre todas as restantes, ofuscando-as e remetendo-as para um plano de impasse na sua teorização e na sua aplicação. Segundo Schuurman (1993), este papel central do económico na lógica do desenvolvimento “(...) resulted in an insupportable burden on the natural environment and loss of the socialist paradigm as the link between theory and development praxis.” (Schuurman, 1993: 1).

A vertente económica na interpretação das dinâmicas sociais, do mercado e do desenvolvimento, não permitia a ligação entre a teoria e a prática, com consequências

sérias para o ambiente e para a interpretação dos meios que se consideravam necessários para atingir o desenvolvimento económico, sem entender e considerar as pessoas, as necessidades, as características do desenvolvimento enquanto um todo.

Um dos autores que relaciona desenvolvimento e dinâmicas do sistema comunitário - que são dinâmicas de certa forma relacionadas com a temática das hortas comunitárias que abordamos no estudo - é Carlos Gomes (2002). O autor debruçou-se numa leitura da evolução do sistema produtivo nas dinâmicas do sistema comunitário. Gomes determina que existe um conjunto de fenómenos que se sucedem e se transformam repetidamente no tempo e no espaço. Este conjunto de fenómenos, na relação com o processo produtivo e económico, tem implicações nas relações sociais. Refere que “O processo económico desenrola-se numa escala muito vasta de acções e reacções humanas indissociáveis, ao longo do tempo e do espaço.” (Gomes, 2002: 21) O autor reflecte, ainda, sobre a necessidade de olhar para um determinado fenómeno social contextualizando-o num determinado espaço e tempo; o que implica que um processo produtivo e a evolução económica de um espaço está afectada ao contexto em que os mesmos ocorrem.

De acordo com Rogério Roque Amaro (2003), é a partir da década de 1980 que se inicia um processo de consolidação de conceitos na área do desenvolvimento e de coerência na sua aplicação prática. O conceito de desenvolvimento foi experienciando diversas alterações, melhorias e fundamentações ao longo dos anos. O autor coloca a génese do conceito de desenvolvimento no período que se seguiu à II Grande Guerra. Considerando que a independência das ex-colónias europeias gerou novos desafios estratégicos, com novas influências ideológicas e político-culturais visando o objectivo do crescimento económico e desenvolvimento do seu potencial, segundo o autor, o conceito de desenvolvimento nasce da necessidade de resolver problemas relacionados com o subdesenvolvimento (Amaro, 2003: 4).

Amaro (2003) considera diversos períodos históricos à escala mundial relevantes para o conceito. Divide esses momentos históricos em dois grandes blocos: os momentos revolucionários que actuaram e geraram mudanças ao nível das condições materiais e objectivos de produção (como a Revolução Industrial) e os momentos de transformação ao nível da dimensão subjectiva das condições de vida e dos valores (como a Revolução Francesa). Nesta fase, o conceito de desenvolvimento é analisado na sua dimensão

economicista, assente na avaliação do aumento da produtividade, do consumo, do tecnicismo, a uniformização generalizada, permitindo a validação do desenvolvimento dos países (Amaro, 2003: 6).

Esta relação do conceito de desenvolvimento com a sua dimensão económica determinou durante muito tempo que o desenvolvimento económico fosse a condição principal para aferir a capacidade de melhoria das condições de vida dos países, ou seja, apenas eram utilizados indicadores de ordem económica para medir os níveis de desenvolvimento. Rapidamente se verifica que tal forma de actuar não é adequada em virtude dos custos sociais que advieram desse tipo de olhar sobre desenvolvimento. Inicia-se então, uma fase de mudança a nível mundial que vem conduzir a uma visão do conceito multifactorial e multidimensional.

Michael Edwards e David Hulme (1993) colocam o centro das teorias do desenvolvimento em dois elementos fundamentais: 1) que a investigação se centre na promoção do desenvolvimento das pessoas sem acesso a conhecimento, recursos e poder e 2) que a forma mais eficaz de o fazer é unir conhecimento e acção, a teoria e a prática num só processo que coloque a pessoa no centro do mesmo.

Esta visão corrobora a perspectiva de Roque Amaro uma vez que o desenvolvimento tem lugar num cenário de multidimensionalidade e múltipla intervenção de agentes, actores e factores e é determinado por uma relação directa em tríade entre as pessoas, a teoria e a prática.

Centrado no presente trabalho de investigação, considera-se que o conceito de desenvolvimento, na sua dimensão local, é importante para melhor compreender as dinâmicas sociais da população de Loulé e de S. Brás de Alportel na manutenção das suas práticas agrícolas, no sentido em que contribuem, de forma subtil mas presente, para o desenvolvimento local. Como veremos adiante, o trabalho empírico permitiu constatar que, de facto, o desenvolvimento das comunidades, dos lugares, das cidades, passa principalmente pelos seus actores locais, pelas relações estabelecidas entre si e pelos objectivos que se pretendem alcançar. A construção e propagação das hortas sociais/comunitárias, o aproveitamento das terras de família para as hortas, o desenvolvimento dos produtos da região e a relação das pessoas com o futuro, colaboraram para um processo de desenvolvimento local.

2.2 O conceito de Desenvolvimento Local

“Enquanto processo, o desenvolvimento requer a definição de um caminho, que se vai abrindo para que se possa percorrer e, sobretudo quando perspectivado a nível local, implica continuidade” (Brito, 2010: 8).

Iniciamos o capítulo com a citação da socióloga Brígida Rocha Brito nas suas incursões de análise acerca do desenvolvimento local. A autora utiliza a metáfora de um caminho que se abre, que se desvela, que se constrói, adapta, molda e eventualmente até se recomeça. É, no fundo, esta a imagem que ilustra a lógica do desenvolvimento local.

Tendo a sua génese nas dinâmicas comunitárias que visavam o crescimento e a melhoria das condições de determinada comunidade, a ideia de desenvolvimento local ultrapassou diversas fases no tempo e na história, redefinindo-se, construindo-se e consolidando-se.

Roque Amaro (2003), na sua análise da evolução do conceito de desenvolvimento, enquadra o conceito de desenvolvimento local no que define a “fileira das pessoas e das comunidades,”¹⁵ apresentando-o assim:

“O desenvolvimento local exprime fundamentalmente o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.” (Amaro, 2003: 14)

Assim, entendemos que o desenvolvimento local se constitui como um processo dinâmico, interno, localizado, com objectivos definidos e com vista à satisfação de necessidades e de criação de respostas a essas mesmas necessidades e deve ser preconizado pelos actores do próprio processo.

O conceito de desenvolvimento local manifesta-se como um conceito chave nesta investigação numa lógica como a abordada também por Eduard Weber (2003): “(...) such development pressures feed into the desire of citizens to build on the cultural and

¹⁵ O autor define três eixos centrais de análise das ramificações dos conceitos que emergem do desenvolvimento: 1) fileira ambiental; 2) fileira das pessoas e das comunidades; 3) fileira dos direitos e da dignidade humanas.

economic conditions of local communities, to create endogenous capacity for adapting to changes in the world around them and to maintain the ability to control their own future.” (Weber, 2003: 58)

O desenvolvimento local pressupõe uma lógica de trabalho conduzida e partilhada entre os actores, no sentido da produção de respostas a necessidades locais, com recursos locais, adaptando-se às realidades e às transformações.

A socióloga Brígida Brito (2010) verifica que existem factores contextuais e estruturais que estão implicados no condicionamento de resultados das estratégias de desenvolvimento local. Entendemos com isto que o processo afecto ao desenvolvimento local é um processo dinâmico, integrado e integrador, com múltiplos intervenientes num jogo de inter-relações e de conjugação de esforços. Vejamos a sua afirmação:

“O caminho do desenvolvimento não é sempre fácil, nem pode ser perspectivado de forma linear com base numa relação causa-efeito, ou seguindo um modelo-padrão considerado como exemplar. Antes pelo contrário, é uma caminhada morosa, que implica ponderação e análise na conciliação entre as necessidades, os objectivos e os recursos disponíveis, que pressupõe também disponibilidade e tempo, mas sobretudo que requer a definição de um percurso próprio, autónomo e marcado por especificidades tendo em vista os objectivos delineados, mas tendo em consideração as necessidades e os factores contextuais.” (Brito, 2010: 8).

Assim, a investigação propõe-se pensar um grupo de pessoas que interage para promover um processo produtivo partilhado como forma de reacção e de utilização de capacidades e forças endógenas, numa lógica partilhada de poder e de responsabilidade.

Continuando com a mesma autora, “O desenvolvimento é, ainda, um processo de aprendizagem, de melhoria contínua e de aperfeiçoamento de formas de relacionamento social, de produção económica e de consumo, de participação e de integração sócio-ambiental.” (Brito, 2010: 9).

Ou seja, para além dos objectivos a que o desenvolvimento local se propõe realizar com os seus actores, o processo é uma validação na prática de entendimentos teóricos, envolvendo todas as dimensões de intervenção afectas ao processo de forma dinâmica.

Com base no trabalho de David Korten, que em 1992 analisou o desenvolvimento centrado nas pessoas como uma alternativa à crise democrática e a falência dos sistemas económicos nos países em vias de desenvolvimento,¹⁶ Brito defende que existem três princípios fundamentais no desenvolvimento local:

- i. Justiça equitativa: padrão de condições de vida iguais para todos;
- ii. Sustentabilidade: utilização racional e local de recursos, assegurando o bem-estar presente e futuro;
- iii. Inclusividade: reconhecimento de todos os intervenientes como parte integrante do processo.

O desenvolvimento local é, portanto, um processo dinâmico, com variáveis que percebem os riscos e as potencialidades, ponderando alternativas, percursos e actores numa lógica participativa e integradora. O desenvolvimento local deve estar atento às características, potencialidades e fragilidades do território em que está a decorrer, numa lógica sustentável, visando o futuro, considerando as experiências do passado e assentando sobre as necessidades do presente, respeitando os princípios da justiça equitativa, sustentabilidade e inclusividade.

Brito cita o trabalho já referido do Professor Roque Amaro na apresentação sumária daqueles que se consideram ser os dez elementos fundamentais do processo de desenvolvimento local:

1. Mudança/transformação em continuidade;
2. Incidência numa comunidade territorial de pequena dimensão – parte da escala micro;
3. É uma resposta a necessidades não satisfeitas sentidas como fundamentais;
4. Executa a mobilização de potencialidades locais, humanas e naturais;
5. Tem uma dinâmica própria, assente na metodologia participativa com envolvimento activo de todos os intervenientes;
6. Recorre ao exógeno quando necessário;
7. Tem uma perspectiva integrada dos problemas e das soluções;
8. Trabalha em parceria;
9. Tem um efeito de difusão de impacto em toda a comunidade;

¹⁶ David Korten (1992) “People-centered Development: alternative for a world in crisis – development and democratization in the third world”.

10. Diversidade de pontos de partida, metodologias, acções e resultados.

Desta forma, o desenvolvimento local é um agente mobilizador de mudança e de transformação num território micro, em que esse mesmo território é capaz de identificar as suas necessidades e organiza-se no sentido de encontrar respostas através daquilo que é endógeno; deve assentar numa lógica de participação, integração e partilha de forma organizada e clara para todos os intervenientes, em que os mesmos podem procurar parceiros exteriores; as respostas partem de uma dinâmica integrada de reflexão e identificação de problemas e potenciais soluções, numa lógica de trabalho em parceria tanto nas suas metodologias como nas análises, e em que os resultados do processo são reconhecidos por toda a comunidade.

Na região do Algarve têm vindo a ser promovidas dinâmicas e estratégias de desenvolvimento utilizando o potencial endógeno. Tal como sugerido por Carminda Cavaco¹⁷ (1994), associar políticas sociais aos actores/beneficiários, permite criar uma rede de intervenção participada e conjugada, capaz de gerar resultados eficientes. O excerto seguinte da autora ilustra esta questão.

“Mas existem, também, aqui e ali, potencialidades, recursos endógenos, que orientados, reestruturados, promovidos ou incentivados, tornam viável uma intervenção harmoniosa e equilibrada, integrada e envolvendo entidades e organismos de âmbito local e mais vasto, numa frente que consiga dar respostas credíveis e em tempo útil.” (Cavaco, 1994: 163)

Importa gerar a valorização das especificidades produtivas, das artes e ofícios tradicionais recuperados e revalorizados, com o desenvolvimento de pluriactividades fazendo interagir todos os sectores da comunidade em seu benefício, de forma aberta mas virada para a comunidade local. Uma vez que os territórios são feitos pelas suas pessoas, terras, produtos, potencialidades e fraquezas, das suas oportunidades e ameaças, o desenvolvimento local pode ser consubstanciado em respostas integradas encontradas pelos diferentes agentes em interacção nos territórios. O envolvimento da população em qualquer projecto ou processo de desenvolvimento local é uma premissa sem a qual não se pode avançar.

¹⁷ Apesar da autora se debruçar sobre questões relativas ao artesanato nas áreas rurais, entendemos que as suas reflexões se aplicam ao caso aqui em estudo.

2.3 A produção agrícola enquanto lógica de subsistência

O fenómeno da agricultura manifesta um peso maior no contexto socioeconómico e político dos concelhos em apreço. A agricultura enquanto prática cultural está ligada às dinâmicas sociais e instituídas nos gestos, atitudes e formas de vida. Este processo verifica-se na continuidade das hortas de produção agrícola nas áreas estudadas.

Hélder Fernando Raimundo (2006), um estudioso do Algarve e ligado às Ciências da Educação, defende que o desenvolvimento de uma comunidade passa pelas experiências do quotidiano e pelas relações das pessoas com essas experiências. Defende a promoção da micro-economia de base local, potenciando as especificidades locais e endógenas, com respeito pelo ambiente e pelos recursos. A sua perspectiva sobre a importância da produção agrícola local evidencia uma estratégia para Loulé, em particular: “A produção camponesa é, aliás, um dos grandes pilares da manutenção das sociedades rurais e o seu alicerce é a coesão dos grupos domésticos e o seu papel em toda a sociedade rural.” (Raimundo, 2006: 6)

O mesmo autor defende, ainda, uma estratégia de desenvolvimento capaz de aliar a produção de bens e a obtenção de receitas complementares como garantia de subsistência de pessoas e de comunidades.

Já Max Weber (1964) falava da acção económica como uma acção humana economicamente orientada, ou seja, uma acção que visa a satisfação de necessidades através de um controle consciente dos recursos económicos disponíveis. Tendo sido este autor central para muitas investigações no campo das ciências sociais, muitas pesquisas sobre economia e agricultura são influenciadas pelos seus trabalhos. Para o nosso caso em concreto, é central a ideia de que, em situações de subsistência, as acções económicas são racionalizadas de forma a preencherem as necessidades identificadas.

Verificamos, também, que de acordo com Carlos Gomes (2002), existe uma relação causa-efeito entre a produção e a satisfação de necessidades. As necessidades geram-se em contextos específicos. O incremento do consumo e da produção vai dando espaço ao suprimento de novas necessidades, da produção de novos bens e de novos desejos de consumo. O autor referido entende que, ligado à satisfação de necessidades, está um processo produtivo de economia de subsistência:

“A economia de subsistência ou doméstica assenta no trabalho individual ou colectivo e serve de fonte complementar de rendimentos e de satisfação de necessidades: coincide com o consumo final de todo ou parte dos bens produzidos pelo próprio produtor. Subsiste em paralelo com a economia de produção mercantil, na medida em que os instrumentos de produção são em geral adquiridos por compra no mercado.” (Gomes; 2002:168).

Entendemos ser, portanto, esta a base da nossa análise. Existem processos produtivos a ocorrer em sede de actividades agrícolas nos territórios em estudo que promovem uma satisfação de necessidades pela forma de economia de subsistência e que esta, por sua vez, cria valor local e promove dinâmicas sociais com vista ao desenvolvimento dos territórios a esse nível.

Aida Guizo (2011) vai mais longe e implica, ainda, o termo agricultura de complemento (agricultura de pluriactividade em que o rendimento da agricultura é uma forma complementar de rendimentos auferidos noutros sectores) como uma forma estratégica de agricultura de subsistência. (Guizo, 2011: 170)

Contudo, para que tal suceda, está intrínseca a dimensão da sustentabilidade na agricultura para que se produzam efeitos benéficos e de criação de valor através da sua prática. A agricultura, para ser sustentável, implica a utilização adequada dos recursos externos e internos disponíveis.

Jules Pretty (1995) investigadora e profissional ligada directamente ao gabinete de agricultura sustentável do Instituto para o Ambiente e Desenvolvimento do Reino Unido, propunha que se reduzissem os inputs externos, e se regenerassem os inputs endógenos.

Considera a autora que a agricultura sustentável prevê uma forte relação dentro da comunidade de produtores como um factor e recurso interno, bem como a valorização dos recursos naturais e menos agressivos para o ambiente, com minimização de custos de produção, permitindo um acesso mais equitativo aos recursos de produção, promovendo uma agricultura mais justa, protectora do ambiente, integrada e eficiente. Ilustramos essa perspectiva a autora pela seguinte citação:

“The success of sustainable agriculture depends, therefore, not just on the motivations, skills and knowledge of individual farmers, but on action taken by groups or communities as a whole.” (Pretty, 1995: 22)

A autora defende, ainda, que conhecimentos e práticas ancestrais, tradicionais, perpetuadas na agricultura em países mais ou menos desenvolvidos, são reconhecidamente eficazes pelo que devem ser reestruturados mas mantidos porque, efectivamente, produzem resultados. Acrescenta que este tipo de agricultura tem resultados ao nível social e económico dos territórios porque permite manter a cultura rural, é mais respeitadora do ambiente; e, segundo a autora, permite um maior sentimento de esperança face ao futuro e mantém a relação de força dentro das comunidades.

Aida Maria Valadas Guizo (2011) também relaciona as problemáticas centradas na agricultura e no rural com o ambiente no domínio da sustentabilidade. Defende a multifuncionalidade da agricultura com três dimensões: a económica, a ambiental e a social.

De forma a fundamentar esta dinâmica da agricultura de subsistência, verificámos na tese de mestrado em Sociologia de Sónia Tomé (2009), que versa sobre o sistema de fornecimento de água nas hortas algarvias, que a investigadora identificou três grupos de pessoas a trabalhar as hortas do barrocal algarvio:

1. pessoas em idade activa que se dedicam a tempo inteiro à agricultura;
2. pessoas em idade activa com actividade profissional e que exercem a agricultura como actividade complementar;
3. reformados;

A autora afirma que, “De facto, as hortas do Barrocal não deixaram de ser um complemento aos rendimentos familiares sobretudo em época de crise (desemprego, doença ou outra situação); todavia, actualmente, cada vez mais activos em outros sectores deixam de a exercer a tempo parcial como complemento do seu salário. A falta de conhecimentos agrícolas por parte de muitos jovens adultos cuja frequência escolar se fez completamente ao lado da actividade agrícola dos pais, e cujas aspirações se afastam da de seus progenitores, pode ser uma explicação para a situação actual.” (Tomé, 2009: 140)

A mesma autora, reflectindo sobre os dados apresentados pelo INE¹⁸, verificou que é vital a relevância da pequena agricultura para o autoconsumo familiar. No Inquérito à Estrutura das Actividades Agrícolas do INE¹⁹, apurou que a actividade agrícola é perpetuada por valor afectivo (56% dos inquiridos), por ausência de alternativa profissional (21%) e por viabilidade económica (17%). A rúbrica “*outros*” reunia 6% apenas.

No nosso trabalho, as Estatísticas Agrícolas do INE (2009) permitem juntar novos dados. Existiu um aumento do número de produtores agrícolas com o ensino superior (passou de 10.392 para 13.088 pessoas) e verificou-se uma redução significativa do número total de pessoas sem nível de instrução (de 140.706 para 65.691).

O quadro seguinte mostra que existem cada vez mais pessoas com níveis de instrução superior, em situação de desemprego na sua área de trabalho, que retomam as actividades agrícolas familiares. Por outro lado, deu-se um investimento político na alfabetização, bem como as populações se tornaram mais proactivas na satisfação dos seus objectivos e necessidades.

De salientar que a faixa etária com maior expressão continua a ser a de 65 ou mais anos. Na maioria, continuam a ser homens, embora o número total tenha descido consideravelmente entre 1999 e 2009 (de 314.254 para 204.511). No que respeita às mulheres agricultoras, o valor global desceu, mas sem grande expressão (95.051 para 92.870).

Reflecte, ainda, os dados já referidos acerca da área de superfície agrícola utilizada, as suas principais formas de utilização e o tipo de utilização. Podemos verificar que as hortas familiares continuam a ter a maior expressão, apesar do seu decréscimo na década em estudo.

¹⁸ Inquérito Sociodemográfico das áreas de baixa densidade do Algarve; 2004.

¹⁹ Versão de 2005 trabalhada por Tomé (2009).

Verifica-se, ainda, que o tempo despendido para a actividade agrícola também decresceu na década em análise, embora continue a ter maior expressão a agricultura praticada a tempo parcial face à agricultura praticada como actividade de tempo inteiro.

Por último, o quadro indica-nos um número muito superior de pessoas com uma actividade exterior remunerada principal do que as que têm uma actividade exterior remunerada secundária, o que significa que a larga maioria dos trabalhadores agrícolas exercem outras actividades económicas principais para o seu rendimento remuneratório.

Veja-se o quadro:

Quadro 5.1 - Estrutura das explorações agrícolas

Portugal					
Rubricas	Ano	1999		2009	
		Explorações	Superfície	Explorações	Superfície
		nº	ha	nº	ha
Superfície total		415 969	5 188 938	305 266	4 709 131
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)		412 612	3 863 094	303 867	3 668 145
SAU média por exploração			9,3		12,0
Forma de exploração da SAU					
Conta própria		387 661	2 797 208	287 010	2 641 916
Arrendamento		58 108	867 492	33 953	824 855
Outras formas		42 152	198 394	23 817	201 374
Dispersão da SAU (nº)					
Total de blocos com SAU			2 406 637		1 797 377
Nº médio de blocos por exploração			5,8		5,9
Matas e florestas sem cult. sob-coberto		201 098	1 008 374	1429*43	842 208
Superfície agrícola não utilizada		91 043	202 898	59 575	127 691
Outras superfícies		336 107	114 573	282 651	71 087
Superfície Irrigável		285 684	791 986	162 611	540 593
Utilização das terras					
Cereais para grão		197 484	602 270	110 852	345 941
Leguminosas secas para grão		95 425	25 724	29 959	13 239
Prados temporários		19 566	37 250	13 326	31 661
Culturas forrageiras		188 106	542 120	107 839	462 703
Batata		181 558	50 173	66 258	18 745
Culturas industriais		4 529	74 537	2 579	24 923
Culturas hortícolas extensivas		28 937	29 796	12 403	31 422
Culturas hortícolas intensivas		20 859	14 875	20 859	14 875
Flores e plantas ornamentais		2 040	1 123	1 296	1 643
Pousio		69 301	562 717	59 155	341 534
Horta familiar		249 656	21 606	199 378	19 695
Frutos frescos (excepto citrinos)		64 772	52 746	41 588	40 127
Citrinos		45 863	23 453	24 822	16 930
Frutos sub-tropicais		10 554	2 612	9 126	3 048
Frutos de casca rija		50 869	80 470	45 488	115 150
Olival		159 029	335 028	130 568	335 841
Vinha		246 934	215 041	156 404	177 381
Prados e pastagens permanentes		107 692	1 436 823	91 502	1 827 899
Natureza jurídica					
Singular autónomo		392 065	2 879 743	292 445	2 716 373
Singular empresário		17 243	1 161 604	4 936	501 960
Sociedades		5 053	912 002	6 776	1 221 813
Baldios e outras formas		1 158	235 599	1 109	269 167
Produtor agrícola singular			Nº de indivíduos		Nº de indivíduos
Produtores			409 308		297 361
Sexo					
Homens			314 254		204 511
Mulheres			95 054		92 870
Idade					
< 35 anos			17 023		6 845
35 a < 45 anos			46 768		22 961
45 a < 55 anos			79 817		51 711
55 a < 65 anos			111 102		73 947
> = 65 anos			154 598		141 917
Nível de instrução					
Nenhum			140 706		65 691
Básico			249 281		206 156
Secundário			8 929		12 446
Superior			10 392		13 088
Tempo de trabalho agrícola					
> 0 a < 50 %			205 867		151 241
> = 50 % a < 100 %			136 397		82 944
Tempo completo			67 044		63 146
Actividade exterior remunerada					
Principal			115 890		72 081
Secundária			7 825		4 689

Origem: INE, I. P., Recenseamento Geral da Agricultura - 1999 e Recenseamento Agrícola - 2009.

O quadro seguinte permite verificar que em 2013, a região do Algarve apresentava uma população residente de 451.006 pessoas; a população activa empregada é de 186.191 e destas, 4100 pessoas estavam afectas às actividades agrícolas. Destas, 112 eram trabalhadores familiares não remunerados, 2244 trabalhadores por conta de outrem e 1023 trabalhadores por conta própria.

Quadro 6.1 - População residente empregada com profissão, total e na agricultura, produção animal, caça e silvicultura segundo a situação na profissão

Portugal			Unidade: nº de pessoas						
NUTS II	População residente	Empregada com profissão de 15 e mais anos (a)	Da qual na agricultura, produção animal, caça e silvicultura					Membro ativo de cooperativa	Outra situação
			Total	Empregador	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem		
Portugal									
15 - XII - 1950 (b)	8 441 312	3 196 482	1 523 118	141 069	290 570	172 389	914 311	//	4 779
15 - XII - 1960	8 889 392	3 315 639	1 398 265	78 647	293 963	185 195	839 621	//	839
15 - XII - 1970	9 611 125	3 163 855	965 930	18 180	353 990	108 400	480 360	//	5 000
16 - III - 1981	9 833 014	3 828 264	705 252	8 518	350 317	81 483	256 415	7 705	814
15 - IV - 1991	9 862 540	4 127 570	418 778	25 222	209 626	42 722	138 358	1 340	1 460
12 - III - 2001	10 356 117	4 650 947	215 598	51 442	54 488	15 377	92 586	248	1 457
21 - III - 2011	10 562 178	4 361 187	120 230	21 726	27 772	6 765	62 373	188	1 406
Continente									
15 - XII - 1950 (b)	7 856 913	3 005 110	1 413 200	136 714	269 123	158 483	844 383	//	4 497
15 - XII - 1960	8 292 975	3 126 245	1 297 283	76 270	275 168	174 584	770 447	//	814
15 - XII - 1970	8 074 975	2 988 170	895 260	17 100	328 985	99 555	444 750	//	4 870
16 - III - 1981	9 336 760	3 659 954	664 681	7 961	329 603	77 613	241 050	7 670	784
15 - IV - 1991	9 371 319	3 945 501	390 046	24 129	193 265	40 494	129 423	1 323	1 412
12 - III - 2001	9 869 343	4 450 711	197 766	47 608	47 631	14 107	86 777	236	1 407
21 - III - 2011	10 047 621	4 150 252	110 253	19 912	23 741	6 321	58 768	171	1 340
Norte	3 689 682	1 501 883	39 708	7 890	10 483	3 495	17 115	63	662
Centro	2 327 755	940 211	31 814	6 183	7 901	2 192	15 099	35	404
Lisboa	2 821 876	1 223 276	7 007	1 389	925	192	4 418	16	67
Alentejo	757 302	298 691	27 624	3 769	3 409	330	19 892	51	173
Algarve	451 006	186 191	4 100	681	1 023	112	2 244	6	34
Açores									
15 - XII - 1950 (b)	317 409	108 243	65 454	3 427	12 661	8 120	41 056	//	190
15 - XII - 1960	327 480	107 124	60 159	1 888	12 618	6 858	38 774	//	21
15 - XII - 1970	285 015	86 615	40 220	555	14 800	3 760	21 050	//	55
16 - III - 1981	243 410	77 342	22 310	363	10 636	2 189	9 107	10	5
15 - IV - 1991	237 795	84 036	14 137	720	7 277	1 134	4 965	16	25
12 - III - 2001	241 763	94 728	9 763	1 999	3 669	429	3 636	8	22
21 - III - 2011	246 772	102 127	6 921	1 347	2 707	287	2 525	15	40
Madeira									
15 - XII - 1950 (b)	266 990	83 129	44 464	928	8 786	5 786	28 872	//	92
15 - XII - 1960	268 937	82 270	40 823	489	6 177	3 753	30 400	//	4
15 - XII - 1970	251 135	89 070	30 450	525	10 205	5 085	14 560	//	75
16 - III - 1981	252 844	90 968	18 261	194	10 078	1 681	6 258	25	25
15 - IV - 1991	253 426	98 033	14 595	373	9 084	1 144	3 970	1	23
12 - III - 2001	245 011	105 508	8 069	1 835	3 188	841	2 173	4	28
21 - III - 2011	267 785	108 808	3 056	467	1 324	157	1 080	2	26

Origem: INE, I. P., Recenseamento Geral da População.

Notas: da população ativa, em 15-XII-1960, foram excluídas as pessoas desempregadas e as que se encontravam a prestar serviço militar. os dados de 1970 foram estimados a 20%.

(a) De 10 e mais anos, nos recenseamentos de 15-XII de 1960 e 1970; de 12 e mais anos nos recenseamentos de 16-III-1991 e 15-IV-1991.

(b) População presente.

Finalizada esta análise dos conceitos que pautam a investigação, de seguida passamos ao capítulo de metodologia.

Capítulo III. Metodologia

“Temos de estudar o homem e devemos estudar o que mais profundamente o preocupa, ou seja, aquilo que o liga à vida.” (Malinovski, 1997 [1922]: 36)

Pretende-se, neste capítulo, apresentar aquelas que foram as estratégias e opções metodológicas assumidas neste estudo.

Tal como enunciado na introdução, o que se pretendia atingir com o tema da investigação, era estar a par das dinâmicas sociais e estruturais que se estabelecem na lógica de produção agrícola, estar junto dos produtores, reflectir com as pessoas, directamente no seio da produção e do cultivo, observar as práticas, reflectir sobre as necessidades, identificar os factores que mais contribuem, actualmente, para o regresso à prática agrícola. Nesse sentido, optámos por uma metodologia eminentemente qualitativa com recurso à etnografia, conforme se explica de seguida.

A investigação é um processo de *“olhar para dentro”* sendo necessária alguma proximidade ao tema de trabalho para que o mesmo se torne acessível, claro e passível de ser entendido, analisado e reflectido (Lofland, 1995, Magnani, 2002).

Graça Cordeiro (2010) tem sido, em Portugal uma referência na área da etnografia urbana. A autora refere que o crescimento da metodologia deve muito à Escola de Chicago e à Escola de Manchester. Esta metodologia permite compreender melhor a interacção social dos indivíduos na malha urbana. Assim, pretende-se olhar para as dinâmicas associadas às práticas agrícolas nestas cidades, entendê-las à luz de um processo de crise, de uma procura de maior qualidade de vida, de um regresso às origens familiares, de uma complementaridade ao rendimento familiar assim, olhando para dentro destas dinâmicas.

Como foi referido, optou-se por um trabalho de recolha de dados focado na lógica qualitativa. Assim, considerando como inegável a importância da relação do sujeito investigador com os seus interlocutores, considerámos que as técnicas de recolha de dados mais adequadas seriam as entrevistas etnográficas e a observação participante.

Ao longo do trabalho de campo desenvolvido, como se verá no ponto seguinte que se refere às técnicas de recolha seleccionadas, foi necessária uma adequação face aos

materiais que vinham sendo reunidos. Tardiamente neste processo, verificámos que essa adequação não só era necessária como fazia parte de muitas etnografias.

A flexibilidade é um factor chave no processo de investigação (Lofland, 1995) na medida e que no processo em si, a recolha dos dados, podem ocorrer processos de influência na relação entre investigador e o objecto a sua investigação, não sendo linear o processo em que existe sempre, inevitavelmente, subjectividade (Lofland, 1995; Malinovski, 1997 [1922]; Burgess, 1997 [1984]).

3.1 A observação participante

A observação participante emerge da necessidade de o investigador se aproximar do tema da investigação participando no interior do campo de observação. Trata-se de um processo relacional e multifacetado em que o investigador trabalha num ambiente contextual específico com um conjunto de outras pessoas. Envolve ouvir, observar, ver e perguntar e, no momento de produção de resultados, registar, analisar e relatar (Burgess, (1993[1984]).

A observação participante “(...) define-se como uma estratégia de campo que combina vários elementos: a análise documental, a entrevista de sujeitos e informantes, a participação e a sua observação directas, e a introspecção.” (Denzin, citado em Flick, 1998: 142).

Nesse sentido, a observação participante pode ser concebida não apenas como uma técnica, mas como uma metodologia qualitativa *per se*. Contendo elementos diversificados, é um processo de recolha e análise de dados com elevado potencial para muitas temáticas.

No presente trabalho utilizou-se uma estratégia de aplicação de entrevistas nos locais de venda ou de produção dos agricultores. Assim, foi possível observar as suas dinâmicas, interpretar as suas maiores dificuldades, as suas iniciativas, forma de interacção com os consumidores e até perceber as estratégias de comércio e de produção.

Uma intenção inicial da investigação era poder estar nos espaços de produção directamente nas explorações agrícolas. Contudo, tal não foi possível em todas as

situações. Foi realizada a recolha de dados por via da observação participante em dois contextos: em mercado e em horta comunitária.

Contudo, e porque o processo de observação passa por outras dimensões que não só pela observação directa, seu registo, mas também pela análise documental e pela reflexão, foi possível analisar os dados observados, os dados recolhidos em entrevista, o apoio documental seleccionado e as notas metodológicas. Ainda assim, os momentos de observação participante foram registados num diário de campo e organizados de forma a poderem ser utilizados nesta análise.

É de realçar que ao realizar investigação qualitativa e, particularmente, na técnica de observação participante, pudemos sentir que nos insurgimos de alguma forma sobre o objecto da investigação. O trabalho de investigação que se desenvolve através da investigação sobre pessoas nas suas actividades de vida é sempre complexo. A natureza humana, em acção, é condicionante da investigação. Em diversas situações pudemos constatar que não era possível fazer uma recolha de dados mais coerente e profunda, pela dificuldade de as pessoas se disponibilizarem ao processo de investigação de forma confortável.

3.2 A entrevista etnográfica

A entrevista etnográfica é descrita por Flick (1998) como uma entrevista semi-estruturada com uma articulação formal entre o que as pessoas sentem e sabem acerca do tema e o processo de investigação. A entrevista etnográfica surge dos momentos de revelação com as pessoas envolvidas no tema da investigação de onde emergem as questões essenciais e a descrição efectiva do que se pretende saber do entrevistado.

Este tipo de entrevista distingue-se de uma simples conversa entre o investigador e o entrevistado pelo facto de ser necessário interpelar a pessoa a entrevistar solicitando a sua autorização para realizar a entrevista, bem como da necessidade de explicar os objectivos envolvidos e a necessidade de proceder ao registo da informação. A entrevista etnográfica deve introduzir questões “(...) descritivas, estruturais (as respostas a elas mostram como os informantes organizam os seus conhecimentos sobre o assunto) e perguntas contrastadas (que fornecem informação sobre as dimensões de

significado utilizadas pelos informantes, para distinguir objectos e acontecimentos do seu mundo.” (Flick, 1998: 94)

Burgess (1993[1984]) entende a entrevista não-estruturada como uma “conversa com um propósito.”²⁰ Trata-se de uma técnica que pode fazer parte da observação participante.

Após a construção do guião de entrevista, foi feito um teste com aplicação a dois entrevistados no Mercado de Albufeira. Foi perceptível que existiria a necessidade de adaptar algumas escolhas iniciais, tais como:

- Uma vez que os interlocutores demonstraram desconforto perante a possibilidade de fazer registos áudio ou vídeo, optou-se pelo registo de notas de terreno e posteriormente em diário de campo;
- Mais do que conter perguntas semi-dirigidas, o guião foi adaptado às circunstâncias, sobretudo porque as questões relativas à propriedade da terra e ao rendimento familiar causavam desconforto;
- Ao contrário do que era esperado houve, por vezes, indisponibilidade dos entrevistados em receber o investigador nos seus espaços privados (habitação ou exploração agrícola), pelo que o acesso aos espaços agrícolas não foi sistemático.

Ao todo foram realizadas vinte e três entrevistas. As mesmas dividiram-se entre: uma entrevista realizada na habitação do próprio entrevistado; uma entrevista realizada na sede da Associação In Loco; quatro realizadas por telefone (através de contactos cedidos pelo produtor entrevistado em casa), por indisponibilidade dos entrevistados em receberem nos seus locais de produção/residência; doze directamente nos locais de comercialização e, finalmente, cinco entrevistas na horta comunitária.

De referir que para as entrevistas realizadas no mercado, as pessoas foram seleccionadas de forma aleatória. As entrevistas realizadas na horta comunitária de S. Brás de Alportel aconteceram pelo apoio dado pela Associação In Loco, através de um primeiro contacto e que no local me apresentou aos restantes. O entrevistado em casa foi sugerido por uma pessoa amiga e foi quem facilitou os contactos dos elementos entrevistados por telefone.

²⁰ Do original “*conversation with a purpose*”.

As entrevistas realizadas por telefone foram mais impessoais, não sendo tão simples apurar pequenos comportamentos ou linguagem corporal que nos fosse dando indicação da tolerância, disponibilidade ou eventual desagrado da pessoa em entrevista. Contudo, foram entrevistas profícuas.

Todos os momentos de entrevista se revestiram de características particulares que fazem parte do processo e que deixam memórias interessantes. Refiro-me, por exemplo, ao facto de ter estado tanto tempo com um casal no mercado de Loulé que alguns clientes se dirigiram ao investigador para questionar algum preço ou pedir algum produto. Noutra situação ilustrativa, fomos elementos activos no arrumar alguns produtos na hora da recolha, também com um casal com quem a entrevista se alongou. Por último, referir a abertura e a proximidade das entrevistas realizadas na horta comunitária de S. Bás de Alportel, onde pude observar um comportamento de grupo muito aberto, muito familiar, e com orgulho na revelação dos seus produtos.

Colocámos, para melhor visualização, o guião da entrevista no Anexo A.

3.3 Diário de Campo e notas metodológicas

O diário de campo consiste no registo dos dados empíricos recolhidos durante os momentos de recolha de dados. Permite registar os eventos do quotidiano da investigação permitindo a sua revisão e reflexão. No fundo, descreve a percepção do investigador face ao objecto de investigação, tomando notas das características, avaliações e percepções. Estas notas revelam-se de uma importância fundamental na interpretação dos dados recolhidos e na observação de conclusões do estudo empírico.

Apesar de os autores divergirem sobre o que contém um diário de campo, neste trabalho empírico fez sentido a sua utilização para a recolha de dados, defendendo o que Robert G. Burgess (1993 [1984]) definia como notas metodológicas, ou seja, os registos que reflectem sobre a actividade exercida no campo e têm como principal objectivo a reflexão acerca do objecto de estudo, dos problemas vivenciados ou percebidos, das questões éticas susceptíveis de questionamento, dos sentimentos e questões identificados no decorrer da actividade de recolha de dados.

A utilização desta técnica pareceu-nos fazer mais sentido na medida em que permitia registar, após as entrevistas, os dados mais relevantes, as sensações emitidas pelos entrevistados, e as dificuldades ou constrangimentos sentidos pelo investigador. Posteriormente, estas notas metodológicas auxiliaram no tratamento e análise dos dados recolhidos, complementando-os.

3.4 Fichas de registo

Foram ainda utilizadas fichas de registo onde constam os dados de caracterização dos entrevistados. Cada ficha contém um espaço para observações relativas a cada entrevista. No seu conjunto serviram de base para a definição das categorias de análise.

3.5 Entrevistas a especialistas

No início da formulação da questão de partida e das linhas centrais da investigação, tornou-se clara a necessidade de contactar os organismos a operar no terreno e perceber a sua sensibilidade acerca das temáticas em estudo.

Foi feita uma pesquisa acerca das várias instituições de sector público, associativo, cooperativo ou privado a operar nos dois territórios em análise e seleccionadas duas instituições:

- Direcção-Regional de Agricultura e Pescas do Algarve: trata-se de um serviço periférico da administração directa do Estado cujos objectivos estão definidos no Decreto-Lei 251-A/2015 de 17 de Dezembro e que se centram na formulação e execução de políticas públicas nas áreas da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas; prevê ser um organismo em articulação com os diversos sectores competentes nestas áreas, contribuindo para a execução de políticas nas dimensões da segurança alimentar, da protecção animal, da sanidade animal e vegetal, da conservação da natureza e das florestas, no quadro de eficiência da gestão local de recursos.²¹

²¹Informação retirada do sitio http://www.drapalg.min-agricultura.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=55, consultado em 27/09/2016

- Associação de Desenvolvimento Local In Loco: é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 26 de Agosto de 1988 com a missão de “Promover o desenvolvimento de base local com vista à melhoria da qualidade de vida nas suas múltiplas dimensões”²². Em 1991 foi reconhecida como Associação de Desenvolvimento acreditada como entidade formadora e posteriormente designada, em 2001, como Pessoa Colectiva de Interesse Público. Desenvolve e apoia inúmeros projectos de desenvolvimento local e regional, actuando em diversas áreas do Algarve, nomeadamente Loulé e S. Brás de Alportel.

Para estas entrevistas foi utilizado um guião fechado onde se pretendeu recolher informação específica em relação à área de trabalho de investigação proposta. O referido guião é apresentado em Anexo B.

Passamos, de seguida, à análise os dados recolhidos por via destas opções metodológicas.

Capítulo IV. Análise de resultados

Para os dados recolhidos nas entrevistas a técnicos e a agricultores, sistematizou-se a informação nelas recolhida, através de uma análise de conteúdo.

4.1 Das entrevistas a especialistas

No que respeita às entrevistas a especialistas utilizou-se um guião (Anexo B) composto por dez perguntas. Como já referimos, foram seleccionadas duas instituições. Ao realizar a análise de resultados verificámos que o eixo de análise institucional poderia ter sido mais vasto, o que faria sentido para o objectivo da investigação.

Apresentamos, em seguida, a visão dos técnicos das duas instituições seleccionadas.

A Direcção-regional de Agricultura e Pescas do Algarve surge como uma entidade a entrevistar pela sua vasta experiência e conhecimento factual do território. Neste momento de entrevista fomos muito bem acolhidos tendo sido uma entrevista na

²² Informação retirada do sitio <http://www.in-loco.pt/pt/sobre/>, consultado em 27/09/2016

presença do Director Geral, Engenheiro Valente; a responsável da gestão agrícola, Dr.^a Liana Cardoso; e a responsável da agricultura social, Dr.^a Maria de Deus.

Os técnicos referiram o percurso da uma agricultura confrontada com dificuldades e constrangimentos relacionados com a mobilidade nos territórios de produção, com a insuficiência de infra-estruturas, com a gestão competitiva de Espanha e com os processos de comercialização. Identificaram que a agricultura começa a ser reconhecida como uma necessidade e que é fundamental saber aproveitar as oportunidades. Não há, na sua opinião, um regresso efectivo de populações ao sector agrícola mas há uma visão geral da necessidade de defender o nacional, de gerar mecanismos de competitividade e de promover mudança de atitudes nas pessoas e nas entidades.

Em relação aos fundos disponibilizados pelos programas europeus como o PRODER²³, parece haver um adequado aproveitamento do financiamento, mas os resultados efectivos estarão ainda por vir para se poder reflectir sobre a sua eficácia.

Na questão centrada na percepção de que as pessoas estariam a regressar à terra como forma de garantia da sua subsistência pessoal/familiar, entendem que pode acontecer mas acontece como último reduto, como alternativa limite, porque consideram que a actividade agrícola por si mesma, como actividade de produção económica, não garante o rendimento adequado.

Em relação às necessidades identificadas para o sector agrícola, identificaram a necessidade de maior flexibilidade em determinados processos burocráticos, de aumentar os conhecimentos técnicos das pessoas e maior transparência na gestão competitiva.

Na questão relativa à consciência ambiental, sustentabilidade e segurança alimentar, consideram que se nota alguma evolução. Parece estar a acontecer uma protecção integrada, com maior consciência dos limites, das necessidades da terra, do respeito pelas áreas protegidas e um aumento progressivo de produtores a praticarem agricultura biológica.

Relativamente à questão que interliga a agricultura tradicional e o desenvolvimento local, consideram que vai havendo cada vez maior impacto destas actividades a nível

²³ PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, em vigor de 2007 a 2013, financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

local. Há, também, mais pessoas a trabalhar com esta consciência em projectos diversificados mas é difícil avaliar e medir os resultados efectivos desse impacto.

Quanto às políticas que possam vir a ser definidas para a melhoria no sector, são unânimes na indicação de que as políticas europeias ditam grande parte do caminho. Apontam para a necessidade de acrescentar valor aos produtos, bem como promover a concentração da oferta para conquistar mercado e ter capacidade negocial. Estas serão as condições fundamentais para a região ter mais impacto a nível nacional, ibérico e europeu.

Por último, foi colocada a questão que remete para a reflexão acerca da possibilidade dos condicionalismos sociais, económicos e políticos do país poderem ter um papel na possibilidade de a agricultura tradicional poder vir a tornar-se uma forma de subsistência das pessoas. Informam que já existem em prática iniciativas com essa perspectiva, visando a aposta na agricultura social e no incentivo à criação de emprego no sector agrícola. Ainda não é um fenómeno muito visível mas muitas pessoas poderão vir a fazer a diferença.

A entrevista realizada na Associação In Loco foi feita com a Engenheira Ana Arsénio e foi possível conhecer a instituição, a sua biblioteca e os seus projectos.

No global apresentou um cenário de melhoria da região, com bons factores de desenvolvimento a par da melhoria das condições e da qualidade de vida das populações. No que respeita à relevância da agricultura no Algarve, refere que esta existe, embora em menor escala do que devia. Refere que a região tem muitas dificuldades mas também tem muitas potencialidades; considera que podia ser tudo melhor se houvesse essa vontade.

Enquanto prática económica reconhecida nacionalmente, afirma que não se tem investido no sector da forma mais correcta, sendo ainda um processo muito concentrado em determinadas explorações e com baixa competitividade a nível geral.

No que respeita aos programas comunitários, refere que têm sido utilizados e que se tem feito muita coisa, investindo em muitos projectos; nem todos serão casos de sucesso mas têm-se conseguido frutos claros com este tipo de financiamento.

No que respeita à questão de as pessoas estarem a regressar à terra como forma de subsistência, a sua experiência é que há população mais jovem a regressar por se encontrarem em situação de desemprego, notando-se a retoma da produção de alfarroba.

Quanto às necessidades para o sector, refere serem muitas e que irá levar tempo a serem colmatadas. Afirmar existir maior consciência acerca da necessidade de protecção do ambiente e de garantir a segurança alimentar, mas que ainda são cometidos alguns erros, por desconhecimento ou por incapacidade.

Concorda que a agricultura tradicional contribui para o desenvolvimento local, embora pudesse ser em escala muito superior à actual.

Do ponto de vista de outras medidas que poderiam ser tomadas ao nível das políticas públicas para melhorar as condições do sector, sugere o investimento na diversificação do cultivo e retoma da produção de alfarroba e amêndoa.

Em resposta a se, num futuro próximo, com os condicionalismos sociais, económicos e políticos do país, a procura da agricultura como meio de subsistência pudesse vir a ter maior expressão, acredita que sim porque o campo continua sempre a ser um meio de sobrevivência e de alimentação no território.

4.2 Das entrevistas etnográficas

Para a análise de conteúdo das 23 entrevistas a agricultores foram encontradas 14 categorias para os dados recolhidos. Procurámos, nesta definição de categorias, seguir a proposta de Carmo e Ferreira (2008). Os autores afirmam que a análise de conteúdo contribui para verificação de uma hipótese definida no percurso de investigação, em termos de objectivos e de finalidades. Pode ser efectuada directamente – através de um processo de comparação quantitativo de determinados elementos da mensagem – ou, de forma indirecta – através de um processo interpretativo e de inferência sobre a mensagem. É sobre este último método que a análise de dados recolhidos se centrou. O

guião utilizado para a aplicação das entrevistas encontra-se em Anexo C e a grelha de análise em Anexo D.

Apresentamos, de seguida, os resultados através das categorias identificadas:

i. Idade

Para esta categoria, além dos 23 entrevistados, foram contabilizadas mais 3 pessoas uma vez que 3 das entrevistas foram realizadas na presença do cônjuge do entrevistado que também colaborou nas respostas, num total de 26 entrevistados.

Esta situação ocorre, também, na segunda categoria – género. Em todas as restantes categorias, contabilizam-se apenas as 23 entrevistas.

Curiosamente, dos entrevistados, foi possível aferir que existem duas faixas etárias com igual representatividade: a faixa etária dos 30-40 anos (6 indivíduos) a par da faixa etária dos 71- 80 anos (igualmente com 6 indivíduos). Esta última coincide com os dados estatísticos já referidos que coloca a população agrícola no Algarve acima dos 65 anos de idade. De seguida encontramos, igualmente equiparadas, a faixa etária dos 51-60 e dos 61-70 anos com 5 indivíduos entrevistados cada. De salientar, ainda, 2 entrevistas realizadas a pessoas entre 41-50 anos e 2 entrevistas na faixa etária dos 81-90 anos.

Ou seja, a par das gerações mais envelhecidas, que de facto representam a população agrícola da região do Algarve, encontramos faixas etárias mais jovens dentro os processos dinâmicos da produção agrícola.

Foi ainda possível verificar que nas faixas etárias mais baixas houve maior abertura às questões colocadas e maior reflexão sobre as mesmas. Nas faixas etárias mais altas parece haver uma tendência para uma baixa literacia e maior desconforto para com o objecto de estudo. No entanto, o facto de ter dispostos de pouco tempo e o local de entrevista, poderá ter influenciado o processo de ganho de confiança no seu todo.

ii. Género

A maioria da população entrevistada era do sexo masculino (de um total de 14 homens para 12 mulheres). Apesar de não ser uma diferença muito relevante, é um dado que

reflece o panorama das estatísticas gerais da população agrícola no Algarve, dado que na sua maioria os produtores agrícolas activos são do sexo masculino.

iii. Origem (naturalidade)

Regressamos nesta categoria, e da mesma em diante, ao universo total de 23 entrevistas. Das 23 entrevistas realizadas, foi possível apurar que a maioria dos entrevistados é natural do Algarve (total 19 indivíduos). Apenas 2 entrevistados eram naturais de outras regiões do país (uma pessoa do Alentejo e outra de Viseu). Em todas as situações, à excepção da senhora de Viseu existia, no local de origem, uma tradição familiar de ligação à agricultura.

Num dos casos não se apurou este dado, ficando o mesmo omissos.

iv. Estado Civil

Verifica-se que 13 indivíduos no total dos entrevistados são casados e residem apenas com o seu respectivo cônjuge; 4 estão em situação de viuvez; 3 indivíduos correspondem à rubrica “outro” e, por último, 2 são solteiros.

v. Composição do agregado familiar

Do total de entrevistados, em 11 casos o agregado familiar é composto apenas pelo casal; em 4 situações reside casal mas filhos; igualmente em 4 situações, as pessoas residem sós; em 2 situações encontramos um agregado familiar alargado e, por último, um agregado familiar monoparental feminino.

É interessante verificar que a maioria das pessoas entrevistadas está a funcionar enquanto dinâmica do agregado familiar, com base no casal. Trata-se, no global, de pessoas em faixas etárias mais elevadas em que os seus filhos já se encontram autonomizados deste núcleo familiar, com os seus próprios agregados familiares. Sobre os casais a residir com filhos, trata-se de filhos menores em idade escolar. Na situação do agregado monoparental feminino, trata-se de um jovem entrevistado que reside com a sua mãe idosa e que dá continuidade ao trabalho agrícola pela incapacidade da mesma.

No caso do agregado familiar alargado encontramos um núcleo familiar de três gerações com pais, filhos e netos a residir em conjunto.

De salientar que das 4 entrevistas realizadas em que os entrevistados se encontravam em situação de viuvez, corresponde à faixa etária entre os 70 e os 84 anos. Todos estes residem sós e distribuem-se de forma igual em termos de género (2 homens e 2 mulheres).

vi. Situação profissional

Dos 23 entrevistados, encontramos apenas 3 situações de desemprego. A actividade agrícola decorre dessa mesma condição. Dos restantes, a evidenciar a maioria que se encontra em situação de reforma, num total de 12 situações – o que se coaduna com os dados evidenciados na categoria da faixa etária.

Em situação profissional activa encontramos 7 casos, dos quais 5 têm actividades laborais principais em sectores diferentes e 2 subsistem apenas da actividade agrícola.

Finalmente, uma pessoa em situação de baixa médica prolongada que se ocupa de forma integral da actividade agrícola.

vii. Situação face ao rendimento

Como já vimos em relação à categoria anterior, a maioria dos entrevistados utiliza a agricultura como uma forma complementar para a economia doméstica de subsistência, na medida em que se encontram em situação de reforma ou em situação profissional activa.

Verificam-se 12 casos em que os entrevistados utilizam a actividade agrícola como complemento à sua reforma, sendo esta a sua principal fonte de rendimento. Vejam-se as seguintes afirmações:

“Complementar. Já sou reformada. Isto ajuda muito nas contas do mês e come-se melhor”. (Entrevista 5)

“Já estou reformado. Isto faço para por na mesa, dar aos amigos e à família. É sempre bom”. (Entrevista 10)

“A reforma é miserável, não dá para nada. Isto dá mais um bocadinho e temos sempre comida na mesa”. (Entrevista 16)

Não obstante, de salientar que dois dos entrevistados recebem reforma de França. Os entrevistados partilharam que:

“Tenho a reforma de França. A gente não pode viver só disto. Não vê? Ninguém compra e são tantos a vender. Vai dando para comer e vende-se umas coisitas”. (Entrevista 14)

Assim como os restantes reformados, verifica-se que as reformas trazidas do processo migratório também não são suficientes para garantir o bem-estar das pessoas. Veja-se:

“Tenho a reforma de França. Uma coisa pouca. Isto faço por gosto, para comer e para dar à família”. (Entrevista 15)

Também identificamos 9 situações de complemento ao rendimento do trabalho. Nesta rubrica contabilizamos a situação de um indivíduo em situação de desemprego, que auferir de subsídio e a esposa trabalha, tendo o entrevistado referido a agricultura como complemento do rendimento global do agregado familiar.

“Faço isto em part-time porque tenho um emprego. É complementar ao rendimento”. (Entrevista 7)

“Sim, ajuda a por comida na mesa mas só com a agricultura não dava”. (Entrevista 21)

Porém, em 3 dos casos, a produção agrícola constitui-se como a única fonte de rendimento. Salientamos as seguintes observações:

“Eu estou desempregado por isso, é muito importante para o orçamento familiar”. (Entrevista 11)

“Neste momento sim. É única fonte”. (Entrevista 18)

Destas, destaca-se uma situação de uma idosa sem reforma; 1 mulher em idade activa que faz desta actividade meio de subsistência e uma mulher em situação de desemprego.

viii. Ligação à actividade agrícola

Importa perceber que a quase totalidade dos entrevistados já vinha de uma tradição familiar e desde sempre, ou quase toda a sua vida, foi fruto de trabalho agrícola. José António Amaral dos Santos (1999), autor que trabalhou a relação entre a família e as explorações agrícolas tinha alguma reserva em definir com precisão o que é a agricultura familiar. Na verdade, parece-nos que a agricultura familiar se define, como o autor nos mostra, como uma actividade num determinado contexto familiar, num determinado momento e num determinado sistema económico-social e que é percebido e entendido dentro do seu próprio espaço familiar. (Santos, 1999: 27)

É um pouco este tipo de registo que encontramos nas palavras dos nossos entrevistados. Salientamos as respostas que nos parecem ilustrar melhor os sentimentos de pertença à terra e à tradição familiar mas, também à necessidade e à responsabilidade:

“Desde os meus 10 anos de idade, foi a vida quase toda. A minha família era da terra, trabalha-se assim que se acorda e trabalha-se a vida toda”. (Entrevista 16)

“Desde que nasci. Já faz mais de 70 anos. Sempre trabalhei na terra. Desde que me alembro”. (Entrevista 14)

“Ah, já é de família, tradição dos pais, depois dos sogros...foi sempre uma presença na minha vida”. (Entrevista 5)

O gosto pessoal tem também representatividade entre os entrevistados. Não basta a tradição e o cunho familiar. Para trabalhar nesta actividade também é necessário gostar de o fazer, sentir que o processo em si faz sentido e tem simbolismo pessoal para quem o executa. Vejamos o que os nossos entrevistados nos dizem:

“Sempre gostei muito de agricultura, já vem dos pais, claro. Mas antes de me reformar já fazia muito. Aposentei-me há 8 anos, era professora, e agora dedico-me mais”. (Entrevista 4)

“Cresci a fazer e a ver fazer. O meu avô habituou a gente a ter um gostinho pela horta” (Entrevista 21)

Em 2 desses casos, no entanto, há uma referência a um início mais tardio na vida, cerca dos 20 anos de idade, como necessidade de auxiliar os pais no processo de produção.

“Quase há 35 anos. Quando os pais e os sogros começaram a precisar de mais ajuda. Tínhamos os nossos trabalhos mas era preciso ajudar”. (Entrevista 3)

“Desde os meus 20 anos de idade, passei a ajudar no campo, os meus pais, e daí nasceu o gosto”. (Entrevista 7)

Na maioria dos entrevistados existe, portanto, uma relação prévia com a actividade agrícola. Contudo, também surgem casos de pessoas que começam agora este processo e que investem nele por gosto, pelo desafio ou mesmo por necessidade. Veja-se:

“Desde que tenho a horta, cerca de ano e meio. Foi uma opção, foi por prazer. Tinha já muito gosto pela jardinagem e a casa cheia de plantas e flores e daí para a agricultura foi um salto. Não tinha tradição familiar, apenas um avô que fazia sequeiro mas que deixou cedo. A família não deu continuidade por isso não tive ligação a esse contexto”. (Entrevista 8)

“É muito recente, talvez um ano. Não tinha qualquer experiência pelo que foi um desafio não ter e passar por toda esta experiência. É objectivo fundamental passar a mensagem aos filhos de que é necessário trabalhar para a comida surgir”. (Entrevista 12)

“Há cerca de 2 anos. Perdi o meu emprego e como os sogros já cultivavam um pouco, fui ajudar”. (Entrevista 18)

Assim, colidem três elementos na análise da ligação à actividade agrícola: a tradição familiar, o gosto pessoal e a necessidade. Contudo, podemos arriscar dizer que os três se interarticulam nas motivações e nos processos de continuidade da prática agrícola. Tratando-se de uma actividade fisicamente exigente é necessário haver algum gosto na sua execução, ao mesmo tempo que se cumpre o factor da subsistência, o colocar comida sobre a mesa e, em paralelo o factor simbólico de continuidade do legado familiar é também importante.

ix. A actividade agrícola como projecto de vida

x. A actividade agrícola como projecto familiar

Neste ponto apresenta-se a categoria nona e décima de forma conjunta. No entanto, são analisadas de forma separada deliberadamente pois procurava-se compreender situações distintas.

Na categoria nona, o objectivo era de perceber se a actividade agrícola actual se identificava com o sujeito e no seu projecto individual de vida. Na questão seguinte, já se procurava analisar a relação desse projecto enquanto projecto partilhado com outros.

Verificámos que no nosso universo de entrevistados, apenas as pessoas jovens que estão a iniciar a actividade nas hortas comunitárias vivem a actividade agrícola como um projecto de vida que inclui o projecto familiar.

“É um projecto de família. Vimos os 4 para a horta. Eu venho mais vezes mas é um projecto concebido a quatro. Somos um casal com dois filhos menores. É um projecto de família e nós queremos que eles tenham a experiência para depois decidirem se querem mais tarde continuar, ou o que querem fazer. Para já, é um projecto de todos”. (Entrevista 12)

“Gostávamos muito que isto fosse um projecto possível para todos muitos anos. Estamos a trabalhar para isso. É mesmo para continuar. Agora é mesmo projecto de vida fazer isto. Enquanto der e pudermos, continuamos.” (Entrevista 18)

Em duas situações, uma de um homem idoso só e outra de uma mulher idosa só, trabalham com os filhos.

“Meu marido já partiu. O meu filho sempre trabalhou com a gente e gosta muito. É que sabe fazer. A família é assim, trabalha assim. Todos juntos. Tenho mais um filho, 5 netos e 3 bisnetos. É uma boa família.” (Entrevista 16)

“Comecei por vontade mas os meus pais tinham aqui muitas terras. Gosto muito deste trabalho. Para este trabalho é preciso gostar, a gente precisa de gostar para fazer. Agora é mais o meu filho. Tenho uma empregada que me ajuda que eu já não posso fazer muita coisa. Mas é o meu filho que trata de tudo agora. O meu filho tem a família dele também ele é engenheiro mas gosta muito deste trabalho. Sempre me ajudou, agora toma conta das coisas.” (Entrevista 20)

Nos discursos dos restantes entrevistados parece haver um forte descrédito na capacidade de a agricultura constituir uma actividade económica capaz de assegurar o rendimento de uma família e sentem a necessidade de que os seus filhos se mantenham afastados dessa actividade, como se regressar ao campo traduzisse um fracasso, um retrocesso. Um dos entrevistados afirma mesmo que:

“Tenho uma filha, mal dela se tivesse de viver da agricultura, é o sistema mais pobre, mais baixinho que pode haver. Na minha altura não havia escolha. O salário por mínimo que fosse eu escolhia outra coisa. Eu vivo sozinho. A minha filha e a família dela têm a sua vida. O meu gosto vai neste sentido: se houver trabalho eles que trabalhem; isto (aponta para a produção) só mesmo se for preciso. A pessoa que não tem trabalho mesmo que não goste de agricultura tem que trabalhar para comer. O meu gosto era que os meus não tivessem falta disto nunca.” (Entrevista 15)

Nos casos dos entrevistados mais velhos é notório que a tradição familiar em diversas circunstâncias deu-se por não haver alternativas, por não se colocarem outras hipóteses de vida. A necessidade, a tradição, o legado familiar, o entender que faz parte da vida, manteve muitos destes homens e mulheres na nas suas pequenas produções, sem desistirem. Vejamos:

“Não percebo das outras coisas da vida, só percebo disto.”(Entrevista 11).

“A gente cresceu a ver como se fazia e a começar logo. Quem é que quer trabalhar na agricultura? Ninguém! Mesmo que a gente quisesse e pudesse, ninguém quer.” (Entrevista 14)

A questão do projecto de família quebra-se nas gerações seguintes. Estes pais e avós protegem os seus descendentes de terem de retomar uma actividade agrícola. Mantêm a expectativa de que o país, e eventualmente o mundo, tenham mais a oferecer em termos de qualidade de vida do que uma vida de trabalho na terra.

“Não imagino eles também afectos a este projecto porque eles estão a trabalhar, têm formação superior e não penso que o futuro passe por aqui.” (Entrevista 4)

“Espero que a minha filha tenha mais da vida e mantenha o emprego para não precisar disto.” (Entrevista 7)

Salienta-se destes excertos que os entrevistados motivaram os seus filhos a procurar actividades laborais não ligadas à agricultura, considerando que esta não constitui meio de subsistência suficiente.

xi. Relação com o futuro

Na questão relacionada com as perspectivas de futuro encontramos dois pólos. Por um lado, um conjunto de pessoas que desacredita nas potencialidades do futuro mas, por outro lado, uma população jovem que insiste na sua terra, nos seus espaços, nas suas tradições, nos seus processos e dinâmicas pessoais e sociais.

Consideramos marcantes as afirmações seguintes, na medida que vão de encontro à nossa questão em análise:

“Não se pode ser negativo. A terra sempre foi o princípio, a base de tudo. Há sempre gente que se interessa. Nós temos que nos alimentar. As gerações a seguir têm que comer e há sempre quem se interesse. Estamos na fase como há 30 anos antes do boom do turismo, a voltar à base, à terra”. (Entrevista 3)

“A agricultura é a base de tudo, onde se vai buscar o mais essencial, nunca vai desaparecer. Como negócio para ganhar rendimento, não sei, mas para sobrevivermos todos, claro que vai continuar. A terra é a fonte da vida”. (Entrevista 22)

Ou, noutro ponto de vista, o investimento na potencialidade local:

“Gostava muito de ter um espaço próprio, ou até mesmo comunitário, com mais terreno para cultivar. Faço parte de um projecto S. Brás em Transição. Temos muita vontade de agir nesse sentido, de criar mais iniciativas. A tradição foi-se perdendo e culturalmente as pessoas afastaram-se. Em relação ao desenvolvimento da região estou um bocado céptico. Penso que vai ser um crescimento gradual. Vamos ver”. (Entrevista 9)

“É difícil mas temos que acreditar que isto tem que ir para a frente. Temos que acreditar”. (Entrevista 18)

Contudo, a posição mais negativa, de desesperança e de descrédito está muito patente. Veja-se:

“Voltar ao antigamente, à agricultura que meu pai fazia...não...acho que não. Os jovens não querem saber disto, não querem saber das terras. Os jovens não querem trabalhar, não sabem o que é trabalhar a terra, não tem a verdadeira noção. Pegar a enxada, lavrar não. Mas eu sou um pessimista”. (Entrevista 23)

“Tenho pouca esperança porque ainda falta muito arregaçar de mangas. É preciso trabalhar muito e isso ainda não acontece como devia”. (Entrevista 13)

Não podemos esquecer que as entrevistas foram realizadas em momento de crise económica e social vivenciada pelo país nos últimos anos. O governo, as políticas públicas, o futuro em si mesmo, a nível nacional e europeu, estava imerso num contexto de descrédito das instituições reguladoras e financiadoras. Os contextos em que a investigação decorreu, podem ter contribuído para esta posição mais temerosa e desesperançada das pessoas face ao futuro dos seus territórios e dos seus espaços. Não obstante, existem pequenas evidências de esperança e de crédito no futuro, com a continuidade de passagem e transmissão de valores e de garantias às gerações futuras e no envolvimento em projectos de criação de respostas a novas necessidades sentidas.

xii. Identificação de trajectórias actuais de regresso à terra

O que se pretendia apurar com esta categoria era se a população entrevistada sentia que, de facto, estava a ocorrer um movimento de regresso ao trabalho agrícola decorrente de um contexto de crise económica marcada pelo desemprego, diminuição do rendimento e de poder de compra, com dificuldades acrescidas para os agregados familiares como forma de complementar rendimentos e equilibrar despesas do orçamento do agregado familiar. A intenção era ter a percepção das pessoas, de quem já estava na terra, de quem acede ao mercado, de quem experiencia, por dentro, os mecanismos de transformação do seu território.

Assim, no decorrer da análise das entrevistas, apurámos que na maioria dos entrevistados existe a percepção clara de que, cada vez mais, as pessoas estão a regressar aos campos, às terras, às práticas agrícolas como forma de garantir a sua subsistência e de se reorganizarem. Estes dados são resultado da experiência de quem vive, conhece e compreende os seus territórios, os seus espaços e as suas dinâmicas locais.

Salientamos as afirmações que nos parecem de maior interesse e relevância para esta análise:

“Sim, tenho 37 anos e há 20 que digo isso. Estamos a voltar agora. Há mais necessidade, as pessoas perceberam que é preciso trabalhar para comer”. (Entrevista 11)

“Há pessoas a regressar aos campos para subsistência. Então não está? Mais desemprego e mais necessidades. E ainda bem porque há muito terreno para cultivar e é uma forma de por comida na mesa”. (Entrevista 13)

“Vejo muitos jovens a retomar a terra dos pais, a ajudar mas também cada vez mais a terem pequenos espaços e a fazer para si, para por na mesa, mas também para venderem um pouco e ganharem algum. Vê-se mais pessoas agora no mercado e por aí a tentarem vender como forma de subsistência. Os jovens estão mais motivados a regressar ao campo e a trabalhar as terras. Claro que é difícil e exigente mas pode fazer-se”. (Entrevista 22)

“Está-se a notar muita gente. Mais novos e da minha faixa etária, para terem o que consumir. Mais uns anos e as pessoas vão ser obrigadas a fazer isto para comerem e não só, tudo o que se produz é de qualidade diferente do que se compra e isso também é importante. Mal do país que não produz para comer. A continuar pelo caminho que íamos, não produzimos 1/10 do que consumimos. Temos condições no país para produzir para consumo. Embora não dê para o país todo, era uma das coisas que o governo devia ajudar. Quem gosta, quem se interessa, devia haver ajudas para desenvolver para as pessoas sobreviverem”. (Entrevista 5)

Encontramos uma maioria de entrevistados a reconhecer a relação da agricultura com a subsistência e o aumento de pessoas a regressar às terras e a procurar fontes alternativas ou complementares de subsistência. Contudo, existe uma correlação difícil de distinguir da agricultura enquanto actividade económica por si, na medida em que o contexto das entrevistas (especificamente em contexto de mercado) também induz a esta resposta mais economicista. A agricultura é vista com futuro e com interesse se tiver algum retorno económico por um lado; por outro lado, aquilo que procurámos perceber é se, a agricultura mesmo que o interesse económico (do ponto de vista comercial) seja

reduzido, responde às necessidades de alimentação e de subsistência de um agregado familiar.

Além disso, algumas pessoas não consideram que haja um movimento do regresso à terra como lógica de subsistência familiar. Veja-se:

“Talvez. Mas não se vê muito. As pessoas não querem trabalhar no campo porque dá muito trabalho”. (Entrevista 2)

“Duvido muito que as pessoas consigam por causa do dinheiro. Se não dá dinheiro, as pessoas não querem. Só volta á terra quem não tem mesmo mais possibilidade nenhuma. Ninguém vai deixar a vida das cidades se não for com muita vontade. O Algarve enquanto o turismo for maior vir para o campo é mais trabalhoso e não querem. Não se vê dinheiro aqui, só despesas e trabalho”. (Entrevista 7)

xiii. Manutenção do processo produtivo

Nesta dimensão procurávamos compreender o indivíduo, no momento da entrevista, percepcionando a sua relação com o futuro e com a questão do projecto de vida e/ou familiar, iria manter a sua relação com a agricultura enquanto processo produtivo e até quando. Neste sentido, a análise dos dados centrou-se nas perspectivas dos entrevistados na sua relação de futuro a longo prazo com a manutenção do processo produtivo.

O que encontrámos foi um respeito pelo legado familiar que idealmente se perpetua até ao fim da vida:

“Enquanto pudermos. Não vamos deixar cair as coisas por terra. Vamos continuar até dar. Estou a manter os meus pais vivos. Deixar secar é deixá-los morrer. Se eu deixar de fazer as coisas como eles faziam, não estou a honrar a memória deles. É como guardar os seus objectos antigos. Temos que continuar”. (Entrevista 3)

“Enquanto puder, claro. A minha mãe tem 84 anos e ainda faz as coisas dela na horta. Eu também vou fazer!” (Entrevista 5)

Pelo prazer que a relação com a terra traz:

“Até poder vou continuar. Não estou pensando em parar. Gosto de plantar e ver crescer, ter atenção ao crescimento e às verduras. Não tenho outra ocupação agora e gosto mesmo muito daquilo!” (Entrevista 6)

“Enquanto puder. Gosto muito. Dá-me prazer. Foi uma opção, sobretudo pela qualidade de vida. Nos vários níveis”. (Entrevista 8)

E por necessidade:

“Não vou deixar porque tenho que continuar a ajudar os pais e a sogra também. A filha vai dando uma ajuda quando pode. Vai-se fazendo”. (Entrevista 7)

“A esposa teve de deixar a escola aos 10 anos para comer. Eu não tive cabeça para aprender, não sei ler, com as coisas que nos põem pela frente (...) A gente já não tem vontade de trabalhar. Não é nada nosso, levam-nos tudo. Um dia a gente tem mesmo de deixar”. (Entrevista 14)

“Até quando ter forças para isso, pelo menos para comer. Quando não puder, tenho que arrear”. (Entrevista 19)

Nesta categoria de análise voltam a cruzar-se os mesmos três eixos que identificamos no ponto **viii – Ligação à actividade agrícola**: o legado familiar, o gosto pessoal e a necessidade. Assim, entendemos que estes três universos estão presentes transversalmente à população entrevistadas e muitas vezes se cruzam nos discursos.

xiv. Eventuais relações de solidariedade

O objectivo desta categoria de análise era identificar se nas dinâmicas do processo produtivo existiria uma base de relação e suporte comunitário, no sentido de a relacionar também com a visão do local e as perspectivas do seu desenvolvimento.

Nesta categoria é importante referir que quatro entrevistados não responderam à questão. Dos restantes, é interessante verificar que a maioria (oito pessoas no total) afirmou que não existem relações de solidariedade de fora clara e peremptória. Vejamos:

“Não. Não se sente isso, nunca se sentiu. As pessoas estão viradas para si mesmas”.
(Entrevista 5)

“Eu não vejo muito isso. Somos agarrados aos nossos bocadinhos. Não vejo vontade para isso, para se juntarmos”. (Entrevista 6)

“Não. As pessoas não se dão. Não se conhecem. Não há muito apoio entre si mas isto é muito cultural. As pessoas guardam mais do que partilham.” (Entrevista 8)

Já os dois relatos que se seguem suavizam a questão de não estarem envolvidos em redes de solidariedade, considerando que os problemas devem ser resolvidos em família e que a exigência e sacrifício envolvido na actividade em si não deixa haver tempo para os outros. São dinâmicas sociais que mereciam ser mais explorados para a compreensão dos processos dinâmicos que regulam e caracterizam as relações de solidariedade familiares e com a comunidade.

“É mais ou menos cada um por si, ajudamos se for preciso mas cada um fica com as suas dificuldades na família.” (Entrevista 21)

“É um trabalho duro. As pessoas têm pouco tempo para os outros. É uma luta diária”.
(Entrevista 22)

Nas hortas comunitárias o posicionamento é diferente, como seria de esperar. Aqui, todos responderam que existem redes de solidariedade entre os produtores. Mais duas pessoas também responderam que consideravam existir redes de solidariedade que partem, provavelmente, das suas experiências pessoais nos locais de produção/residência.

“Sim, há trocas de plantas, troca de conhecimentos, uma solidariedade forte. Também fizemos isto tudo juntos, a formação, o início do trabalho, é natural que haja forte ligação. Mas não é a regra no Algarve!” (Entrevista 9)

“Não há dúvida nenhuma. Damos a mão uns aos outros. Muito bom ambiente aqui”.
(Entrevista 10)

“Sim, ajudamos todos. Quando um não pode, o outro faz”. (Entrevista 11)

Importante ainda ressaltar o grupo de pessoas que afirma que na contemporaneidade não existem estas relações fortes de solidariedade, mas que existiram no passado. Vejamos:

“Há muito tempo havia mais comunhão. Agora não. Hoje não”. (Entrevista 15)

“Quando eram os mais velhos havia, agora não. Não há para nós quanto mais para os outros”. (Entrevista 2)

Manifestamos alguma surpresa ter encontrado estes resultados. Considerávamos que o Algarve, nos territórios em estudo, as pessoas estariam de certa forma tão ligadas aos seus espaços pessoais e relacionais que existiriam redes de solidariedade mais fortes. Um processo diferente já se verifica nas hortas comunitárias que se encontra uma relação interpessoal mais forte.

4.3 Linhas conclusivas

Numa visão global dos dados apresentados, parece-nos justo concluir que a produção agrícola para os entrevistados é uma actividade que permite uma complementaridade ao seu orçamento familiar, não constituindo uma actividade rentável e de garantia total de rendimento. Contudo, existe associada ao complemento do rendimento familiar, uma noção de sustentabilidade para as gerações futuras, um melhor aproveitamento de recursos, uma melhoria na qualidade e segurança alimentares.

Concluimos, também, que a tradição familiar tem peso na continuidade da prática agrícola. De facto, na totalidade dos entrevistados que afirmaram terem tradição familiar, ou mantiveram sempre a sua actividade (de forma paralela ou a tempo inteiro), ou regressaram a ela assim que a vida lhes deu o tempo e o espaço necessários.

Parece haver, na verdade, uma relação com a garantia da subsistência, embora de forma não expressa totalmente. Nas situações em que os entrevistados se encontram em situação de desemprego ou de baixos rendimentos por via das reformas, não há uma relação expressa para a sua necessidade de regressar à terra para garantir a subsistência. Há sim, na nossa opinião, uma relação intrínseca das pessoas com a terra como forma franca de (sobre)viver, de *“haver sempre comida na mesa”*, mas que está implícita no processo e não explícita nos dados recolhidos.

Além disso, grande parte dos nossos entrevistados assumiu que existe um processo visível de regresso ao campo para garantia de subsistência de algumas pessoas e famílias. Encontramos, nas suas palavras, a confirmação de que esse processo é actual e crescente. Aqui, parte da nossa questão de partida para esta investigação fica respondida.

Há três vectores que se cruzam no discurso dos nossos entrevistados que são o respeito pelo legado familiar, o gosto pela actividade e também, pela necessidade. Estes vectores interligam-se na representação que as pessoas fazem e na sua percepção das dinâmicas em que se movem.

Importa notar que a prática agrícola é reconhecida como uma actividade árdua, repleta de dificuldades e de constrangimentos, mas que se mantém sempre. As pessoas entendem a terra de uma forma inquestionável, permanente, contínua.

Encontramos, quase de forma equitativa, posições de esperança no futuro a par das posições de desesperança face ao futuro. A população mais envelhecida manifesta elevado descrédito no país enquanto instituição e no futuro do sistema económico e social; a população mais jovem manifesta-se mais optimista, a tentar passar valores e princípios às gerações seguintes, praticando a sustentabilidade e melhorando o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

A par destas dinâmicas, verificamos que para os nossos interlocutores, os territórios em análise detêm valor acrescentado, pelo funcionamento interno das redes endógenas. Os dois territórios estudados, ou as pessoas destes territórios, manifestam que existe potencial de encontro de sinergias e de vontades e de poder desenvolver áreas específicas e ainda que é possível acreditar um futuro mais estável e sustentável.

Capítulo V: Conclusão

“Portugal is undergoing an accelerated process of urbanization. But rurality persists as a structural feature of most of the national territory and the cultural significance of agricultural activity is still alive in Portuguese society.” (Ferrão et al, 2004: 248)

O fenómeno da agricultura e da transformação da ruralidade deve ser olhada de forma multifacetada e multifuncional.

Fernando Oliveira Baptista (2001) deixava a esperança da reconstrução da relação da sociedade com o seu território perspectivando a melhoria da qualidade e das condições de vida e de trabalho das populações, conciliando o processo produtivo e a protecção e respeito pelos recursos naturais, na demanda de respostas a necessidades específicas locais. Assim, poderia ser possível promover condições para a fixação segura e estável das pessoas nos seus espaços numa perspectiva de um recomeço contínuo.

Aquilo que vimos no decorrer deste trabalho é que existem, de facto, transformações ocorridas no contexto dos locais analisados e que essas transformações, na contemporaneidade, nos deixam olhar para as áreas rurais e urbanas como espaços de continuidade com novas realidades, funcionalidades e representações.

Da recolha e análise dos dados recolhidos para a presente investigação, pudemos verificar que existem fenómenos de reconfiguração dos espaços agrícolas. As hortas comunitárias que encontramos na área urbana e a reconfiguração dos espaços agrícolas (que passam a ser multifuncionais) na zona rural, conduzem-nos a perceber as adaptações das pessoas, nos seus locais, nos seus contextos. Este investimento nos espaços urbanos, na qualidade de vida e na resposta a necessidades sociais, gera outro tipo de relações entre as pessoas, outro tipo de motivação, incita mais ao encontro e respostas conjuntas em pequenos movimentos que conduzem ao desenvolvimento local.

José António Amaral dos Santos (1999) verificou que, em Portugal, é muito comum que a força de trabalho na agricultura seja feita pelos elementos do agregado familiar. No entanto, estes agregados familiares não dependem integralmente da agricultura; dependem de fontes de rendimento externas e complementares. Este autor analisa a relação entre o agregado doméstico agricultor e a exploração agrícola em si, articulando os diversos mecanismos económicos do funcionamento da exploração agrícola familiar e de reprodução do agregado doméstico. Chega à conclusão de que “A família agricultora é simultaneamente uma unidade de consumo – adquire bens no mercado e autoconsome bens que produz na exploração agrícola – e uma unidade de produção – responsável pelas decisões de afectação de recursos (trabalho e outros factores variáveis e factores fixos de produção), que adquire no mercado ou que ela própria fornece, às produções agrícolas que realiza na exploração.” (Santos, 1999: 26). O autor remete-nos para uma análise do agregado familiar na prática agrícola na sua dimensão de produção e de consumo. Nas situações que encontramos no decorrer do nosso trabalho de investigação, percebemos que os agricultores se encontram numa rede de dinâmicas e de processos que são, em si mesmas, um começo e um fim do processo produtivo e de consumo. A família é uma célula englobada num conjunto de outras células com múltiplas funções e gerando uma multiplicidade de actividades.

João Guerreiro (1992) também referia que tendencialmente se verificava uma transformação das actividades principais de ocupação na população algarvia, mas que a

agricultura enquanto actividade mesmo que a tempo parcial, mantinha-se estatisticamente presente.

Renato Miguel do Carmo (2011) falava do fenómeno da pluriactividade no seio das famílias que ainda praticam a agricultura no Algarve numa lógica de adaptação aos fenómenos de reconfiguração e de desenvolvimento socioeconómicos. Identificava na pluriactividade uma resposta de resistência, resiliência e de adaptação. Referia que “A manutenção de espaços cultivados, inclusivamente para consumo doméstico, não deixa de contribuir para a economia do agregado familiar e de persistir enquanto elemento simbólico de ligação à ‘terra’.” (Carmo, 2011: 37) O autor apurou no seu estudo que quase 90% da população com actividade agrícola nas áreas estudadas a mantém para consumo doméstico.

Do que recolhemos das entrevistas realizadas, todos os produtores utilizavam a produção como resposta ao agregado familiar complementado, ou não, com o processo de venda.

O INE analisou, também, as motivações das pessoas a trabalhar no sector agrícola e, à semelhança dos resultados das nossas entrevistas, há uma ligação à necessidade de complementar o rendimento familiar, entre outras. Vejamos:

“As principais razões apontadas para a continuidade da actividade agrícola são o valor afectivo (47%), o complemento ao rendimento familiar (34%) e a ausência de alternativas profissionais (11%), sendo a viabilidade económica referida por apenas 6% dos agricultores. Esta motivação realça a importância da vertente social da agricultura e, de um modo geral, o reconhecimento, por parte da grande maioria dos agricultores, da fraca viabilidade económica desta actividade”. (INE, 2009: 242)

José Frazão (2000) complementava que “(...) a agricultura é, em Portugal, uma actividade realizada em regime de tempo parcial na grande maioria das explorações; este regime, não obstante as evidentes desvantagens para o processo de integração na economia global, tem o mérito de evitar o colapso do sistema produtivo agrícola”. (Frazão, 2000: 30).

Entendemos ser possível afirmarmos, com base nos resultados deste estudo, que a manutenção destas pequenas explorações agrícolas em que ainda que as mesmas sejam feitas a tempo parcial, contribuem de larga maneira para a manutenção deste processo produtivo e económico. Nos casos analisados, tudo indica que continuará a existir e a

manter-se-á ainda que como prática ligada ao complemento do rendimento familiar ou subsistência.

Em relação à questão do desenvolvimento em si, Carmo entende que este se reveste de uma multiplicidade de factores que vão “(...) variando em função das sinergias locais, do interesse de um conjunto de entidades externas (...) e do conteúdo e alcance das políticas públicas. De tal modo que o espaço rural tende a autonomiza-se face à noção de *continuum* urbano-rural.” (Carmo, 2011: 33).

De forma global, quem está inserido na actividade agrícola, independentemente da sua motivação de base, não prevê sair dela. É como se houvesse uma relação de continuidade entre o espaço pessoal e familiar e a exploração agrícola. Promover redes, iniciativas e economias locais parece ser um caminho possível para criar valor e promover o desenvolvimento.

Concordamos com Renato Miguel do Carmo ao reflectir sobre o papel atribuível ao sector público nas estratégias de desenvolvimento locais, entendendo o Estado como um parceiro sim, mas um parceiro atento, de actuação transversal, maleável, adaptável às realidades práticas concretas, e com capacidade para promover a autonomia e minimizar as relações de eventual dependência. “O Estado deve deter a elasticidade para imergir nos distintos contextos territoriais, de maneira a propulsionar redes e plataformas de interconexão (capital social) que abrangem transversalmente os cidadãos, associações, as empresas e os agentes públicos. Mas simultaneamente, deverá dotá-los das condições básicas para que detenham alguma capacidade de autonomia face a uma excessiva dependência do poder central.” (Carmo, 2011: 82)

Pudemos constatar que se tem feito uma gestão política local com preocupações na vertente do ordenamento do território, da sustentabilidade, da mobilidade, da gestão de recursos, da eficiência energética, na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das suas populações.

É necessário, portanto, apostar na modernização e na inovação de práticas e de saberes, apoiar os sectores com maior potencialidade nos territórios, olhar para o local como espaços de oportunidade promovendo o fortalecimento das redes locais de distribuição e de comercialização de produtos regionais, com uma revitalização do sector da agricultura associado ao sector do comércio e da cultura.

Guizo (2011) defende os processos endógenos de transformação e que os mesmos ocorrem de forma local. Cada vez existem mais iniciativas de base local com o objectivo de promover uma dinâmica de transformação rural. Designa este movimento como o “mundo rural em transformação pela modernidade”. Defende a autora que cada vez com maior evidência, o rural interpreta a actividade agrícola na sua lógica produtiva (funcionalidade económica) e também organizadora de espaço e da estrutura social (funcionalidade territorial e social). (Guizo, 2011: 23)

No nosso estudo verificámos aquilo que Guizo (2011) defendia, ou seja, que os territórios vão assumindo novas funcionalidades e que os espaços rurais deixam de ser predominantemente espaços agrícolas e que espaços agrícolas deixam de ser predominantemente rurais.

Elisabete Figueiredo (2013) também reflecte e assume que existem transformações simbólicas e materiais nas funcionalidades e nos papéis atribuídos aos espaços rurais e que as mesmas produzem efeitos sociais e económicos. Entende que existem novos desafios e oportunidades se olharmos de forma correcta para estas transformações e as reconhecermos enquanto processos de reconfiguração e novas representatividades territoriais.

A pesquisa que fizemos corrobora o estudo de Tomé (2009) já referido e utilizamos as palavras da autora para ilustrar esta ideia:

“(…) agricultar hoje as hortas do Barrocal, mais do que um complemento importante à subsistência familiar, é um modo e vida, uma maneira de estar em sociedade e perante a natureza; eis a racionalidade fundamental subjacente ao actual cultivo da horta do Barrocal.” (Tomé; 2009: 144).

Assim, podemos reflectir sobre o facto de que na visão das pessoas sobre a sua experiência da vivência quotidiana das dinâmicas socioeconómicas dos territórios estudados, existe, de facto, um movimento crescente – não quantificável nem teoricamente fundamentado – mas que evidencia um certo regresso das pessoas ao campo, à prática agrícola, como forma de subsistência ou de complemento ao orçamento familiar. Existem situações em que a produção é meramente interna, para consumo da família, e outras em que o processo produtivo acede ao mercado e procura-se com ele uma fonte de rendimento complementar, ou em alguns casos, total.

Parece, de facto fazer sentido que os diferentes actores locais trabalhem em conjunto para objectivos comuns. Inevitavelmente, as políticas devem ser feitas com as pessoas para que produzam efeito sobre as pessoas e nos seus territórios. Verificámos, neste trabalho de investigação, que existe espaço e vontade para incrementar o desenvolvimento local, aproveitando projectos já a decorrer e criando novas ideias.